



Fórum Nacional

Combate à Pobreza e Exclusão Social

18 19 OUT 2016

LISBOA

Sala do Senado da Assembleia da República
Hotel Vip Inn Berna

25 ANOS EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

Em Portugal, a pobreza e a exclusão social são fenómenos ainda fortemente marcados por factores estruturais, que exigem, por um lado, uma intervenção de médio e longo prazo, e, por outro, uma intervenção integrada a vários níveis: um sistema educativo mais abrangente, que favoreça a diminuição das desigualdades nos rendimentos primários e interventivo na quebra da transmissão intergeracional da pobreza; uma repartição de rendimentos mais equilibrada, por via de transferências sociais e impostos; um mercado de trabalho mais inclusivo e sustentável; um sistema de proteção social mais eficaz, eficiente e capaz de se ajustar as mutações da realidade social. (PNR 2016)

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES

Índice

	Página
1. Enquadramento	3
2. Definição de objetivos e metodologia	5
2.1. Objetivos	5
2.2. Destinatários	5
2.3 Metodologia	5
3. Programa	10
3.1 Compromisso Político com uma Estratégia Nacional: realidade ou utopia? – 18 de outubro	11
3.2 Estratégia Nacional: domínios estratégicos da saúde, habitação, proteção social, educação, emprego e formação ao longo da vida e justiça – 19 de outubro	17
4. Avaliação	26
5. Conclusão Final	28

Anexos:

Documento Síntese Conselhos Locais

Listagem de Participantes

1. ENQUADRAMENTO

Em 2001, no âmbito da Presidência Belga da União Europeia, o Ministro dos Assuntos Sociais, e o Vice-primeiro Ministro, propuseram à Rede Europeia Anti-Pobreza (European Anti-Poverty network – EAPN), a ideia de promover um encontro europeu, tendo como principal objetivo dar voz aos cidadãos excluídos e auscultar as suas perceções sobre o impacto de determinadas políticas que estão a ser implementadas a nível europeu e nacional. O impacto desta iniciativa foi de tal forma relevante, que é ainda hoje manifesta a vontade de continuar a organização destes encontros, uma vez por ano, cabendo ao Estado-membro que preside à União Europeia dinamizar esta ação, contando para o efeito com a colaboração da European Anti-Poverty Network.

Os Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza desempenham assim um papel importante no desenvolvimento da participação e envolvimento direto das pessoas em situação de pobreza. Para o efeito, são constituídas delegações nacionais (4/5 elementos) que trabalham previamente os temas do Encontro. Desta forma, estes encontros têm contribuído para colocar as questões da pobreza e da exclusão social na agenda europeia e no desenvolvimento de certas políticas em diversas áreas, tais como o rendimento mínimo adequado, a pobreza infantil, a habitação e os sem-abrigo, a dívida, a ligação entre discriminação e a pobreza (particularmente as realidades vivenciadas pelas comunidades ciganas), o impacto da liberalização dos serviços públicos e a meta de redução da pobreza na Europa.

Os Encontros Europeus constituem igualmente um momento-chave deste processo e funciona como um catalisador destes processos de participação de pessoas em situação de pobreza a nível nacional. Neste sentido e a propósito das comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – 17 de outubro, a EAPN Portugal tem apostado desde 2009 numa estratégia de visibilidade (ex.: Fóruns Nacionais), procurando, desenvolver um conjunto de iniciativas, para que a data seja de facto um marco na luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Temos procurado promover a cidadania e a participação das pessoas que vivem ou viveram em situação de pobreza e/ou exclusão social, particularmente entre os grupos sociais mais desfavorecidos. Este desígnio encontra-se na raiz do pensamento e da filosofia de atuação da EAPN (*“Dar voz às pessoas que normalmente não a têm, em quase nenhuma circunstância”*) e tem vindo a materializar-se através da promoção e desenvolvimento de movimentos de cidadania, quer a nível distrital – através dos grupos locais de pessoas em situação de pobreza – quer a nível nacional, com a constituição do Conselho Nacional, e ainda a nível europeu, com a participação no Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social.

O combate à pobreza e à exclusão social, tal como a EAPN Portugal tem vindo a defender, faz-se de forma estrutural e integrada. É preciso abandonar a lógica assistencial para uma lógica de integração social e de universalização de direitos e oportunidades. No momento atual de governação do país, acreditamos existirem condições para o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional, sustentada numa intervenção ao nível dos fatores estruturais e não apenas uma intervenção que permita atenuar ou minimizar os efeitos sociais da pobreza.

O Programa Nacional de Reformas 2016 revela uma atenção mais específica às questões sociais, nomeadamente, à pobreza e exclusão social e à dimensão das desigualdades sociais que se agravou consideravelmente nestes últimos anos, com a crise económica e com as medidas de austeridade implementadas. Verifica-se uma preocupação por reativar algumas medidas que tinham sido alteradas e apresentar outras, com uma atenção particular ao combate à pobreza. Logo no início do documento pode ler-se um compromisso muito importante: *“reforço das prestações sociais direcionadas para situações de pobreza extrema, famílias com crianças, idosos e trabalhadores de baixos rendimentos”*¹.

Desta forma, entendemos que deve ser dada prioridade à questão da instabilidade do emprego, à questão da desigualdade de oportunidades, à emergência de novas fragilidades sociais; à acessibilidade aos direitos e aos desequilíbrios territoriais, bem como ao funcionamento das instituições sociais, sejam elas públicas ou privadas.

Neste sentido, a EAPN Portugal suscitou o debate interno e a reflexão crítica por parte dos mais vulneráveis em torno destas questões. Assim, realizou-se nos dias 18 e 19 de outubro em Lisboa, o **VIII Fórum Nacional de Combate à Pobreza e Exclusão Social**, assinalando o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

O presente documento resulta da realização do VIII Fórum Nacional e tem como objetivo principal, resumir os principais conteúdos da iniciativa e por outro lado, dar conta da avaliação que os elementos que integram as estruturas de participação criadas pela EAPN Portugal fazem sobre o trabalho que têm vindo a desenvolver e quais as orientações e estratégias para dar continuidade a este trabalho de participação.

¹ Plano Nacional de Reformas Mais Crescimento. Melhor Emprego. Maior Igualdade, abril 2016, p.10

2. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METODOLOGIA

A EAPN Portugal tinha como objetivo promover a participação de cidadãos que vivem (ou viveram) em situação de pobreza e/ou exclusão social, que integram o Conselho Nacional de Cidadãos (CNC) e os Grupos Locais da nossa organização, através de um espaço de intercâmbio de experiências e de reflexão que permitam colocar os cidadãos e a sua participação no centro da ação para a inclusão. Neste encontro, as pessoas em situação de pobreza tiveram a oportunidade de refletir as temáticas apresentadas bem como apresentar propostas concretas para salvaguardar os seus direitos fundamentais e contribuir para o bem-estar comum.

2.1. Objetivos

Em termos mais específicos, pretendeu-se:

- ▶ Reconhecer o direito das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viverem com dignidade e a participar plenamente na sociedade; promovendo o direito a serem escutadas em temas que diretamente influenciam a sua vida;
- ▶ Ativar competências pessoais e sociais através da criação de um espírito de proximidade e de equidade entre todos os participantes promovendo a participação cívica;
- ▶ Promover o diálogo entre entidades públicas com responsabilidade nas diversas áreas da intervenção e as opiniões, críticas e desejos das Pessoas em Situação de Pobreza;
- ▶ Dar visibilidade à temática da luta contra a pobreza e a exclusão social, enquadrada no Ano Europeu para o Desenvolvimento.

2.2. Destinatários

Os principais destinatários desta iniciativa foram os membros dos Conselhos Locais da EAPN Portugal, pessoas que vivem em situação de pobreza e/ou exclusão social, pertencentes a estes grupos de trabalho no seio da EAPN Portugal. Estiveram presentes 85 indivíduos provenientes dos 18 distritos do país, incluindo a equipa técnica (**ver Listagem de Participantes em anexo**). Contamos ainda com a participação de 20 pessoas externas à organização no dia 18 de outubro, na Assembleia da República.

2.3. Metodologia

O VIII Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, decorreu a 18 e 19 de outubro de 2016, em Lisboa (18 de outubro na Assembleia da República; 19 de outubro no Hotel Vip in Berna).

2.3.1 Trabalho Preparatório dos Grupos Locais

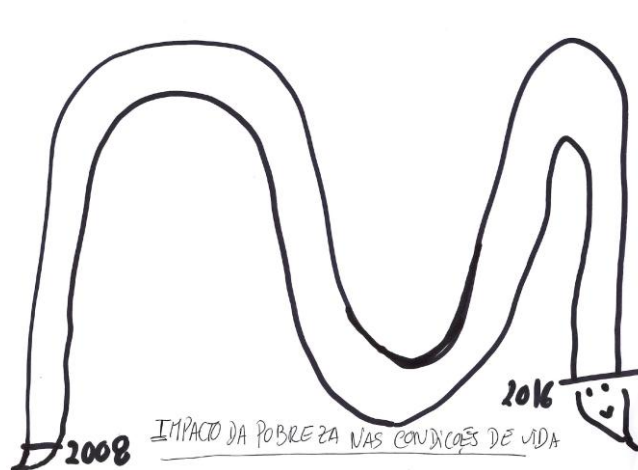
A situação de crise que Portugal continua a enfrentar, e que se iniciou em 2008, resulta de uma crise financeira com os elevados défices anuais do Estado e o endividamento externo do país. As medidas de

austeridade impostas afetam a atividade económica, mas a superação dos défices orçamentais e do endividamento externo estão dependentes do crescimento da economia portuguesa. As elevadas taxas de desemprego que se têm vindo a registar, têm uma consequência gravosa para a capacidade de geração de riqueza no país, porque tem implicações diretas na diminuição das receitas do Estado e da Segurança Social, bem como no aumento das despesas com a proteção social, mas sobretudo porque multiplica o risco de pobreza dos indivíduos e famílias por ele afetadas.

O modelo económico e financeiro, suportado pelo enviesamento da Estratégia Europeia de Lisboa agudizou a situação de pobreza e exclusão social de milhares de cidadãos europeus, dando prioridade e exclusividade aos vetores “crescimento” e “emprego”. Este facto promoveu um não investimento em estratégias que promovam a equidade, a justiça, social, a redução da pobreza e das desigualdades na União Europeia e no mundo.

As causas para a atual situação são várias e estão bem identificadas. De forma global, o contexto internacional desfavorável decorrente da crise de 2008, eminentemente de carácter financeiro, expressam as consequências de opções erradas e de uma ausência de regulação e coordenação das políticas económicas. Podemos assim falar de uma desregulação dos mercados, de especulação imobiliária, de parcerias público-privadas que lesaram o interesse público, bem como na desigualdade na distribuição dos rendimentos (o fosso entre ricos e pobres – é um dos mais elevados da União Europeia). O consumo privado foi também fortemente abalado com a atual crise. Durante muito tempo as famílias portuguesas foram induzidas a aderir a créditos ao consumo e à aquisição de imóveis que provocaram um preocupante e extenso sobre-endividamento. Esta situação tornou-se ainda mais complicada com o crescente aumento da taxa de desemprego que atingiu, e continua a atingir, muitos agregados familiares, fenómeno ainda mais preocupante quando este afeta sobretudo agregados que subsistiam com salários baixos e tendo como suporte empregos precários. Assim, Portugal enfrentou e continua a enfrentar uma situação económica e social à qual é fundamental responder com responsabilidade mas igualmente com justiça e equidade, no respeito absoluto pela dignidade de cada ser humano.

Foi tendo por base este contexto que se realizou uma análise das principais consequências da crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar. Esta análise teve como base a **metodologia do Snake** que foi aplicada aos cidadãos que constituem os **Conselhos Locais de Cidadãos**.



Deste momento de reflexão ressaltou as principais considerações tendo presente 3 eixos de análise: a) **percepções e formas de superação das situações de vulnerabilidade social**; b) **impacto da crise nas várias dimensões sociais estratégicas, tais como a educação, o emprego, a saúde, a habitação, a justiça e a proteção social**; e por ultimo, c) **propostas de intervenção**.

Esta análise decorreu ente junho e julho, tendo sido dinamizada pelo Departamento de Desenvolvimento e Formação no âmbito dos Encontros Regionais dos CLC's no sentido de ter uma visão global da mesma. Feito isto, o Departamento elaborou um documento-síntese com as inquietações, os apelos e as propostas que resultam do contacto com a realidade e em testemunhos na primeira pessoa, e são, em primeira instância, as inquietações, os problemas e os apelos de quem vive em situação de pobreza e/ exclusão social. **(ver documento-síntese em anexo)**.

2.3.2 Principais questões colocadas aos representantes das várias áreas de intervenção

Posteriormente, o documento síntese foi enviado para cada Conselho Local no sentido de definir algumas questões que gostariam que os representantes das várias áreas de intervenção pudessem responder no dia 19 de outubro. Neste sentido, o DDF sintetizou as principais questões que foram enviadas previamente aos representantes da área da Educação, Emprego, Saúde, Justiça, Habitação e Proteção Social.

Educação e Formação ao longo da vida

- Sabendo que cada vez mais as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são essenciais, o que pode ser feito para que mais pessoas tenham acesso a elas e aprendam o básico da sua utilização
- Todos os dois anos se assiste á mudança dos manuais escolares, não será esta situação pouco favorável para os orçamentos das famílias que têm de fazer face a esta despesa? Porque têm os manuais de mudar todos os dois anos?
- Conheço um jovem que entrou para a Universidade e é tetraplégico, e a família é pobre. Mas está com um grave problema porque não tem apoio estatal no transporte casa/ universidade/casa. A bolsa que vai auferir não contempla este tipo de apoio. Porquê que o Estado só concede este tipo de apoio (transporte) até ao 12º Ano? Estarão estas pessoas, com deficiência grave e pobres, excluídas do ensino superior?

Saúde

- As listas de espera nos hospitais são enormes. Grande maioria das primeiras consultas de especialidade demora cerca de um ano. Que soluções se existem para fazer face a estas situações, principalmente quando o tratamento das patologias exige celeridade e não se tem dinheiro para recorrer ao sistema privado?
- Por que razão não existem todas as especialidades médicas no Serviço Nacional de Saúde? Ex. Dentista, Psiquiatria? Que esforços é que o Ministério da Saúde está a fazer para melhorara a cobertura de médicos de família, especialmente nas regiões do interior do país?

- Sendo a saúde oral um dos maiores problemas de pessoas em situação de pobreza, de que forma se pode contornar o facto de não ter qualquer tipo de participação?

Justiça

- Existem muitas dificuldades no acesso à justiça por parte das camadas da população mais carenciadas, nomeadamente das pessoas que não tem capacidade financeira para recorrer a um advogado privado, porque é que demora tanto tempo a atribuição de um advogado oficioso?
- Confirma-se a intenção de reaproximar os serviços judiciais às populações, no sentido de recuperar as respostas existentes antes da última reforma, quais os serviços que serão reabertos?
- No caso de necessitar de apoio jurídico o/a requerente pode escolher o/advogado/a que tem para o defender? Se sim qual o procedimento?

Proteção social

- Considera que o valor médio do RSI atribuído a 1 adulto permite viver com dignidade? Por que razão é que existe uma tão grande fiscalização na medida do RSI que não se verifica noutras medidas?
- O que está previsto para melhorar a proteção e o apoio destas medidas e das já existentes: RSI, Complemento Solidário para Idosos, etc?
- De forma se está a investir na sua efetiva inclusão dos beneficiários da medida? No mercado de trabalho, por exemplo?

Habitação

- Que medidas estão a pensar criar para reestruturar a habitação social? Como obrigar os municípios a cumprir o regulamento? Considerando por exemplo pessoas que residem em habitação social que tem condições para arrendar no mercado e deixar a habitação para quem precisa?
- O que está previsto para assegurar o acesso dos cidadãos com maiores dificuldades económicas a habitação condigna: condições de salubridade, condições físicas/ materiais, água, eletricidade e aquecimento, apoios sociais/ rendimentos que permitam fazer face às despesas com as habitações?
- Os bancos hoje em dia são os maiores proprietários de imóveis, sendo que uma parte significativa está vazia. Como vê a possibilidade de negociação com os bancos, para que os imóveis de que são proprietários e estão vazios, possam ser colocados no mercado social de habitação?

Emprego

- Qual a percentagem de integração no mercado de trabalho, das pessoas que frequentam formações profissionais? E das que completam os programas relativos às Políticas Ativas de Emprego? O que poderia ser melhorado neste processo de integração através destas políticas?

- Situações reais mostram-nos que muitos desempregados a auferir subsídio de desemprego ou outra prestação social são fortemente coagidos a aceitar ofertas de emprego e/ou de formação em áreas profissionais para as quais não têm qualquer experiência ou interesse. Não deverão as ofertas de emprego e de formação ter em conta as motivações, aptidões, competências e percurso profissional dos desempregados?
- Tenho uma filha licenciada em Psicologia Clínica. Acabou o curso com média de 18 valores. Esteve a procura de estágio profissional durante 3 anos e não conseguiu. Foi obrigada a emigrar para Londres, onde tem um elevado salário. Contudo, nunca foi objetivo dela emigrar. Foi muito difícil para ela e para a família. Como resolver estas situações? Que respostas existem para estes jovens qualificados?

3. PROGRAMA

LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL: POR UMA ESTRATÉGIA NACIONAL

18

12h30 Chegada dos delegados ao hotel, check-in e almoço

15h00 **SESSÃO DE BOAS VINDAS**
Eduardo Ferro Rodrigues | Presidente da Assembleia da República
Agostinho Cesário Jardim Moreira | Presidente da EAPN Portugal

MENSAGEM DA EAPN PORTUGAL 17 OUTUBRO
Representante do Conselho Nacional de Cidadãos da EAPN Portugal | *Helena Nunes*

15h30 **CONFERÊNCIA DE ABERTURA: Compromisso para uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza**
Sandra Araújo | Diretora Executiva da EAPN Portugal

15h50 **PAINEL "Compromisso Político com uma Estratégia Nacional: realidade ou utopia?"**
Representantes dos partidos políticos com assento na AR
Moderador : *Sérgio Aires* | EAPN Portugal

17h00 **QUESTÕES E DEBATE**

17h30 **CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS**
José Alberto Reis | Vice-Presidente da EAPN Portugal

19

09h30 **BOAS-VINDAS**
Hígino Costa e Jaime Filipe
Conselho Local de Cidadãos de Lisboa e Setúbal
Sandra Araújo | EAPN Portugal

10h00 **MESA REDONDA I**
Estratégia Nacional: domínios estratégicos da formação ao longo da vida, emprego e justiça
José Vítor Pedroso | Direção Geral de Educação
Paulo Feliciano | IEFP
Representante da Direção Geral da Política de Justiça
Henrique Silva, Cidália Barriga, Natália Narciso
Representantes dos Conselhos Locais de Portalegre, Évora e Leiria
Moderação: *Luísa Panaças*
Coordenadora do Núcleo Distrital de Portalegre)

12h00 **QUESTÕES E DEBATE**

12h30 Pausa para almoço

14h00 **MESA REDONDA II**
Estratégia Nacional: domínios estratégicos da saúde, habitação e serviços sociais
Francisco George | Direção Geral de Saúde
Rui Franco | CM de Lisboa
(Pelouro da Habitação/Desenvolvimento Local)
Rui Fiolhais | Instituto da Segurança Social, I.P.
Hígino Costa, Helena Nunes, Natália Fonte
Representantes dos Cons. Locais de Lisboa, Castelo Branco e Coimbra
Moderação: *Frederico Reis*
Coordenador do Núcleo Distrital de Castelo Branco

16h00 **QUESTÕES E DEBATE**

16h30 **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

mao/olap - foto/geral de combate pobreza

3.1 - COMPROMISSO POLÍTICO COM UMA ESTRATÉGIA NACIONAL: REALIDADE OU UTOPIA (SALA DO SENADO – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA) – 18 DE OUTUBRO

Este debate tinha como objetivo constituir um ponto de encontro entre cidadãos em situação de pobreza e/ou exclusão social, ONG's, partidos políticos e, ainda, assumir um marco importante no projeto de governação democrática. A sessão de Abertura foi presidida por Eduardo Ferro Rodrigues (Presidente da Assembleia da República) com a participação de Pe. Jardim Moreira (Presidente da Eapn Portugal) e com Helena Nunes (representante do Conselho Local de Cidadãos de Castelo Branco).



Na sessão de abertura, Eduardo Ferro Rodrigues, referiu a falha que há quando não se fala do deficit social, pois este é o verdadeiro deficit estrutural do país. *“O défice e a dívida, o estado das nossas contas públicas não são como se costuma dizer nas ciências sociais a variável independente, o défice e a dívida não são causas, são antes a consequência da falta de competitividade da economia”*, disse, colocando a qualificação das populações como determinante para o sucesso económico das nações, logo seguido do nível de coesão social. Referiu, igualmente, que *as sociedades mais qualificadas e mais coesas são aquelas que lidam melhor com as exigências da globalização*. Numa intervenção onde lembrou o caminho feito em Portugal nas últimas décadas em matéria de direitos sociais e de cidadania, como a criação do Serviço Nacional de Saúde ou das prestações sociais - "que foram determinantes para tirar muita gente da pobreza" - Ferro Rodrigues alertou para a necessidade de se olhar para as novas facetas da pobreza e da exclusão, como a "pobreza de quem perdeu o emprego", a pobreza infantil ou das jovens famílias. Prosseguiu, referindo que apesar da "reposição dos mínimos sociais e a nova política de rendimentos agora possíveis" darem uma ajuda no sentido de inverter estas tendências, "há um limite para o alcance por si só das políticas de solidariedade social". "O seu alcance é importante, é necessário, mas não é suficiente", vincou. *“A desigualdade alimenta-se da desigualdade fiscal e das desigualdades de heranças”*. Referiu igualmente que o debate público nacional não pode deixar de ter a pobreza no centro da agenda.

Do discurso do Pe. Jardim destacamos a importância deste encontro na Assembleia da República – *“É para nós, motivo de grande satisfação a realização do VIII Fórum Nacional de Cidadãos em Situação de Pobreza, aqui, na Assembleia da República. A nossa vontade em realizar este evento no Parlamento Nacional, assume, para nós, e para os pobres, vítimas das injustiças especial significado, por várias razões.*

Desde logo, porque o Parlamento de Portugal é, nos termos da lei fundamental, “a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses”; e, porque, para além da função primordial de representação, compete à Assembleia da República assegurar a aprovação das leis fundamentais da República e a vigilância do cumprimento da Constituição. Citar o nº1. Mas também, porque comemorámos ontem – 17 de Outubro – o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e entendemos que a melhor forma de evocar esta data seria assinalar a efeméride com elevação e sentido de Estado. Numa República,

não podem existir barreiras artificiais entre o poder e o povo. Os governantes têm de conhecer a realidade do país. E os cidadãos por seu turno têm o dever de participar na vida cívica. A democracia não se esgota em eleições e alternância de poder.

Neste capítulo, e de forma a melhorar a qualidade da nossa democracia, precisamos em Portugal de nos preocuparmos mais com os humanos, os valores e princípios que constituem a matriz essencial do republicanismo. Numa sociedade fundada no princípio democrático, a ação política tem a ver com a realização do bem comum e implica



debate e confronto de ideias. O que os cidadãos esperam dos políticos, que livre e democraticamente elegeram, é que se empenhem na procura de respostas aos desafios e no desenho das políticas que sirvam o interesse nacional.” Refere igualmente que *“não podemos ficar indiferentes a 2 milhões e 765 mil portugueses que vivem em risco de pobreza e exclusão social (dados de 2015). Estes números são moral e politicamente inaceitáveis. E social e economicamente insustentáveis. É urgente que a causa da pobreza seja profundamente tida como merecedora da mais elevada prioridade e o interesse comum de todos. É urgente que os indivíduos, as instituições, o Estado, as empresas e a sociedade repensem as suas forma de vida e de organização social e sejam capazes de repensar e por em ação uma nova organização do mundo, que tenha como base sólida a dignidade da pessoa humana e o bem comum.” (...).* Nos anos mais recentes temos vindo a travar uma batalha sem tréguas, procurando colocar a luta contra a Pobreza no centro das atenções políticas, e defendendo a necessidade de uma **Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social**, com objetivos claros, com uma forte componente de trabalho em parceria, mas também de interação entre as várias políticas, com instrumentos e ações concretas. Gostaríamos que fosse possível criar um consenso político alargado em torno do objetivo de reduzir significativamente a pobreza, a exclusão social e a desigualdade injusta entre as pessoas no nosso país. O compromisso em torno de uma Estratégia Nacional é urgente e necessário. É necessário construir um país mais justo socialmente, em que todos e todas partilhemos os mesmos direitos. (...) *Precisamos de um modelo de crescimento diferente. Precisamos de questionar o crescimento que temos tentado por em marcha. Na nossa opinião, precisamos de regressar urgentemente a uma óptica de DESENVOLVIMENTO, com maior dimensão social e ambiental. A transformação é essencial numa sociedade dinâmica e inclusiva. (...) Não fazer nada para mudar o país em relação às injustiças é confessar-se implicado num Estado de injustiça e não de direito. A transformação é essencial para criar instituições e formas de coexistência que satisfaçam a necessidade de desenvolver/proteger a dignidade humana, assegurar o acesso em condições de igualdade aos bens públicos e comuns que são essenciais para o bem-estar social. Todos nascemos para ser felizes, não poder ser outro o objetivo da Assembleia da República!”*

Helena Nunes reforça igualmente no seu discurso a necessidade de priorizar a luta contra a pobreza. *“Queremos enfatizar a necessidade de fazer da Luta contra a Pobreza um desígnio nacional, de conhecer a fundo o retrato da Pobreza em Portugal e os muitos rostos que compõem esta realidade. Queremos ainda alertar para a necessidade de implementar políticas públicas em diferentes áreas que respeitem o*

mecanismo de poverty-proofing, ou seja, que possam ser avaliadas no sentido de perceber o seu real impacto em termos da diminuição e erradicação da Pobreza. Consideramos de extrema importância o envolvimento da sociedade civil, a necessidade de que estes assuntos sejam do domínio público e que a sua resolução seja assumida por todos. Para isso temos procurado trabalhar aos diferentes níveis: europeu, nacional e local e com diferentes atores, desde o nível político, procurando o compromisso do Parlamento Nacional, da Presidência da República, dos partidos políticos, das instituições, públicas e privadas, das autarquias locais, das instituições de solidariedade social, das universidades, das empresas e dos cidadãos, numa postura de partilha de conhecimentos e de uma ação concertada e orientada para a promoção do bem-comum. Preocupa-nos também, e cada vez mais, o rumo da Europa, da qual fazemos parte de pleno direito, e da necessidade de recentrar o desígnio europeu sob pena de perdermos todas as conquistas coletivas até aqui alcançadas. Vivemos um período conturbado em termos europeus que se tem arrastado ao longo de já alguns anos e precisamos urgentemente de mudar o rumo; de voltar a repensar o desenvolvimento económico pela via de um maior progresso e coesão social - considerando a política social como um fator produtivo, que reduz a desigualdade, maximiza a criação de emprego e faz prosperar o capital humano europeu. Temos agora uma oportunidade que não devemos deixar passar: a consulta pública sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais com tudo aquilo que este pode significar para o futuro da Europa.”



Seguidamente, Sandra Araújo, Diretora Executiva da EAPN Portugal, apresentou de forma geral as principais linhas e orientações do Compromisso para uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=445), definido pelo Grupo de Trabalho² sobre esta temática.



² O Grupo, que abrange um número alargado de organizações sociais de âmbito nacional, regional e local, diversas universidades e cidadãos/ãs: Alcides Monteiro, Alfredo Bruto da Costa, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR, Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Caritas Portuguesa, Carlos Farinha Rodrigues, Centro de Estudos para a Intervenção Social, O Companheiro, Cruz Vermelha Portuguesa, Fernanda Rodrigues, Francisco Branco, Instituto de Apoio à Criança, José Pereirinha, Maria Joaquina Madeira, Maria Manuela Silva, Pedro Hespanha e Sérgio Aires.

Posteriormente seguiu-se o debate com os partidos políticos com assento na Assembleia da República, em torno do Compromisso Político com uma Estratégia Nacional: realidade ou utopia?

Contamos assim com a presença dos deputados dos seguintes partidos políticos: CDS Partido Popular (deputado António Carlos Monteiro); PSD - Partido Social Democrata (deputada Joana Barata Lopes); Partido Ecologista “Os Verdes (Heloísa Apolónia); Partido Comunista Português (deputada Diana Ferreira); Bloco de Esquerda (José Soeiro); Partido Socialista (deputada Sónia Fertuzinhos).



Do debate ressaltou as seguintes ideias:

Partido Comunista Português

- O partido tem apresentado um conjunto de propostas para a criação de planos de combate à pobreza;
- O emprego é um pilar estruturante com dimensão significativa até porque se assistiu a um agravamento da precariedade;
- A importância do “emprego com direitos” é central;
- A valorização dos salários e das pensões;
- A educação (referência à gratuidade dos manuais escolares para o 1º ciclo) e a saúde como direitos, com a abolição das taxas moderadoras no acesso à saúde. Não esquecer as dificuldades dos idosos nestas áreas.

CDS Partido Popular

- Tem de existir um consenso político para resolver as causas da pobreza,
- Há que reconhecer que “o pior inimigo de um Estado Social é um Estado falido”,
- A pobreza não pode ser uma arma de arremesso,
- É necessário encontrar o máximo denominador comum entre todos e olhar de frente as dificuldades.

Partido Ecologista “Os Verdes”:

- É necessário ter presente outros instrumentos sectoriais e colocar lá o objetivo da erradicação da pobreza;

- Há que fazer algo sobre a injusta distribuição da riqueza;
- Ao falar das causas da pobreza temos de falar por exemplo, da política de baixos salários. Estamos a protelar este problema para outras gerações porque baixos salários significam baixas pensões no futuro. Temos de falar de desemprego.

Partido Social Democrata:

- Salientou a frase que dá destaque ao Programa Nacional de Reformas. *“Em Portugal, a pobreza e a exclusão social são fenómenos ainda fortemente marcados por fatores estruturais, que exigem, por um lado, uma intervenção de médio e longo prazo, e, por outro, uma intervenção integrada a vários níveis: um sistema educativo mais abrangente, que favoreça a diminuição das desigualdades nos rendimentos primários e interventivo na quebra da transmissão intergeracional da pobreza; uma repartição de rendimentos mais equilibrada, por via de transferências sociais e impostos; um mercado de trabalho mais inclusivo e sustentável; um sistema de proteção social mais eficaz, eficiente e capaz de se ajustar as mutações da realidade social.” (PNR 2016)*
- Questiona como é que há redistribuição de riqueza se não há crescimento económico.

Bloco de Esquerda:

- O combate à pobreza está para além da política social. Temos de discutir qual o modelo económico que queremos;
- O modelo económico do anterior Governo promoveu a pobreza;
- Não há combate à pobreza sem combater as desigualdades.
- A questão da pobreza não é uma questão individualizada.
- A austeridade foi uma política de criação de pobreza.
- A política económica tem de criar empregos. E nós estamos limitados por uma política europeia que limita a criação de empregos. *“As pessoas não se revoltam quando têm fome. As pessoas revoltam-se quando sentem que é uma injustiça terem fome”.*



Partido Socialista:

- Aceitar os dados oficiais e públicos é fundamental para conhecer a realidade – para depois discutir quais são as nossas opções.
- Temos de decidir o que queremos fazer enquanto sociedade.
- Combinar as políticas de crescimento económico e de emprego com as de formação – isto é fundamental para a Estratégia.

Perante as considerações dos vários partidos, o moderador (Sérgio Aires) colocou as seguintes questões:

* Existem questões importantes a colocar: esta estratégia é viável? Qual o primeiro passo? Se não é viável qual é a alternativa?

* Em termos de resposta foram apresentadas as seguintes respostas:

* PCP: A riqueza é construída, mas não é distribuída. E quem tem a riqueza não a quer distribuir, não querem pagar impostos.

* CDS: a sociedade civil tem de assumir cada vez mais esta responsabilidade e deixar de esperar que seja o Estado a resolver tudo; há que acabar com o discurso de culpabilização, ou seja de que a culpa está nos ricos e portanto há que acabar com os ricos. Isso não deve acontecer.

* PS: o trabalho temporário tem de ser rigoroso e não pode estar associado a mais precariedade no mercado de trabalho; o RSI é fundamental e tem de ser reforçado no que diz respeito à adaptação dos contratos de inserção às reais necessidades das pessoas. A renovação passa a ser automática.

* BE: limitar o número de renovações que é possível fazer.

Em termos de conclusões e de próximos passos, o Vice-Presidente da EAPN Portugal (José Alberto Reis) referiu que:

- O Estado também é uma forma de organização da sociedade. O princípio de subsidiariedade não pode levar a que o Estado se desresponsabilize das suas competências e responsabilidades.
- Relativamente à proteção social – o RSI é uma medida frágil pois o trabalho anexo ao RSI deixou de ser feito. Agora a medida é vista apenas como uma prestação, um subsídio que nem é suficiente.
- O Trabalho com direitos – é recente mas vem de 1860. Como é que temos hoje em dia empresários que pagam sem direitos?
- A distribuição ou a criação de riqueza – as economias têm obsessão pelo crescimento. Mas crescimento zero não quer dizer riqueza zero. Não quer dizer que não se produza. Se não há poder de emprego, não há produção. O rendimento tem de ser participado. A globalização veio deturpar isto. A participação na distribuição de riqueza é fundamental.
- O Estado Social (Beveridge) – é uma forma de serem socializados os custos para financiar a riqueza.



3.2 - ESTRATÉGIA NACIONAL: DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DA SAÚDE, HABITAÇÃO, PROTEÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, EMPREGO E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E JUSTIÇA – 19 DE OUTUBRO (HOTEL BERNA EM LISBOA)



O conjunto de políticas públicas relevantes na determinação do nível e da dinâmica da pobreza é necessariamente vasto, cruzando a maior parte das áreas de intervenção governamental. Entre estas políticas destacam-se, por um lado, aquelas que procuram assegurar uma igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e, por outro, as que visam criar uma rede de proteção social que assegure a cada cidadão uma participação plena na vida da sociedade, sentindo-se o humano na relação com os demais humanos. A pobreza é multidimensional,

agrega várias causas e adquire contornos muito heterogêneos. É fundamental a perceção de que cada decisão política e económica pode ter consequências na produção e reprodução de pobreza. Portanto, é fundamental um trabalho interdisciplinar e interministerial, com vista à sua erradicação, que resulte em respostas integradas resultantes da efetiva articulação entre as políticas sociais, económicas, de emprego, educação, saúde, habitação, etc.

Neste sentido, foram organizadas duas mesas-redondas com os seguintes temas e representantes das várias áreas de intervenção onde foram ouvidos e interpelados as instituições responsáveis pela gestão das políticas públicas.

Painel I - Estratégia Nacional. Domínios estratégicos da educação, emprego e formação ao longo da vida e justiça.

Moderadora: Luísa Panaças (Portalegre)

Representantes da Educação e do Emprego: Diretor Geral da Educação – José Vítor Pedroso; Diretor de Serviços de Promoção de Emprego do IEFP – Alexandre Oliveira

Representantes do CNC: Henrique Silva (Portalegre); Cidália Barriga (Évora) e Natália Narciso (Leiria)

Considerações Iniciais dos Representantes da Educação e Emprego

O Dr. José Pedroso referiu que a desigualdade social manifesta-se sobretudo nas avaliações dos alunos, verificando-se uma relação genérica entre as estratificações sociais e o sucesso escolar. Manifestando o empenho das entidades responsáveis em atacar o problema. A Escola, enquanto instituição é apenas uma parte do problema. Muitos fatores mencionados terão de ser: “*atacados de fora*”, para que a Escola possa beneficiar dessas mesmas medidas e melhorar substancialmente os resultados dos alunos provenientes de camadas sociais mais vulneráveis. Relembra que, neste momento, em Portugal o ensino é obrigatório até

ao 12º ano ou até aos 18 anos, referindo uma frase de Nelson Mandela: “ *A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo*”. Como tal um povo educado, mais facilmente se libertará dos problemas da pobreza. Comparando o sistema português com outros, refere dois fatores importantes: o **abandono escolar**, que no nosso país foi bastante reduzido de 30 % em 2003 para uma taxa de 12,5 %, sendo como tal considerado um sucesso, inclusivamente existe um compromisso com uma média estabelecida com a CE - e indexada a Fundos Comunitários - de 10 %, que por sua vez é uma média abaixo da média da OCDE. Claro que, coloca-se o problema económico de ajuda às famílias a suprimir essas dificuldades e ajudar a reduzir esta taxa. A outra questão a considerar é a **retenção** (taxa de alunos que não transitam de ano) que em Portugal atinge valores muito elevados relativamente aos outros países da OCDE. Estamos em 3º lugar a “contar do fim



da tabela”, para termos uma ideia do problema, logo no 2ºano de escolaridade 10% ficam retidos, cerca de 1/3 dos alunos até ao 9ª ano ficam retidos pelo menos uma vez, sendo que a maioria provêm de classes economicamente desfavorecidas. Esta é uma taxa que se tem “trabalhado” mas necessita de mais investimentos para resolver estas situações. Cabe à escola um papel fundamental nesta resolução, mas não só, há um papel importante a desempenhar por parte das autarquias, associações de pais, ONG’s, outros ministérios, etc. Portugal dentro do Quadro Comunitário Europeu deve aplicar uma parte considerável destes fundos para resolver estas duas questões, sendo que uma grande parte destas verbas estão sob tutela das autarquias e cabe-lhes dinamizar a tentativa de resolução do insucesso escolar. Da parte do Ministério, as verbas são destinadas à formação de professores e à melhoria das metodologias, como forma de combater o insucesso e apostar na diferenciação dos métodos de ensino, na diferenciação pedagógica: os alunos não têm todo o mesmo ritmo de aprendizagem. A escola deve ser capaz de fazer isso e como tal resolver o problema das diferenças sociais no ensino, sendo que estas medidas devem ser complementadas com outras, a outros níveis, que por vezes ultrapassam a própria escola.

O Dr. Alexandre Oliveira salientou que o papel do IEFP, enquanto entidade gestora do ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, tem um historial de cerca de 50 anos e tem de ter (pelas suas próprias características internas) uma atitude pró-ativa de tentar captar as ofertas de emprego que existam no mercado, uma vez que em Portugal não existe a obrigatoriedade de colocar num organismo como o IEFP essas mesmas ofertas. Portanto, o IEFP trabalha no sentido de captar junto do tecido empresarial e empregador em geral as ofertas existentes para poder oferecer aos desempregados. A grave crise que afetou o mercado de trabalho em Portugal, desde 2008, colocou a taxa de desemprego em 2012 a passar os 17 %, sendo que no final dos anos 90 essa taxa era de 3 a 4%, trata-se da taxa mais elevada desde o 25 de abril de 1974 e o IEFP teve de tomar medidas para atenuar esta grave situação, num contexto muito desfavorável e onde os recursos internos diminuíram, de cerca de 4000 passamos em 3200 a nível

nacional. O IEFP perante o contexto teve de arranjar soluções que não passam de estratégias atenuantes que não resolvem totalmente a situação das pessoas, mas que são importantes para que estas se sintam integradas, úteis e que combatam o isolamento. O IEFP lançou em 2012 uma nova geração de políticas ativas de emprego, assim como de políticas de formação profissional cujo leque é muito vasto e algumas com reais possibilidades de integração no mercado de trabalho. Dentro das políticas ativas de emprego, há uma referência clara aos CEI's, que é basicamente uma medida para ocupar e quebrar o isolamento das pessoas, onde podem atualmente ser integrados desempregados de longa duração e beneficiários de RSI, mas consideramos que não é uma “porta imediata para o emprego” mas que é temporária. Lançamos também os estágios profissionais – mais destinados aos jovens – que apesar de ser muito criticada, está a ser revista e corrigida em alguns aspetos, mas é uma medida importante para quem acabou a sua formação académica, sendo que a taxa de integração no mercado de trabalho é considerada boa pelo IEFP. Existe ainda a medida Estimulo, que produziu bons resultados e que neste momento se encontra encerrada. Todas estas medidas assentaram em dois ou três pressupostos: ocupar as pessoas, incidir nas pessoas com maior desfavorecimento social e que tenta atenuar o efeito negativo no mercado de emprego a partir de 2008 e que atingiu o seu apogeu em 2012.

Principais questões colocadas aos representantes presentes:

a) Educação e Formação ao longo da vida

- 1- Sabendo que cada vez mais as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são essenciais, o que pode ser feito para que mais pessoas tenham acesso a elas e aprendam o básico da sua utilização?
- 2- Todos os dois anos se assiste á mudança dos manuais escolares, não será esta situação pouco favorável para os orçamentos das famílias que têm de fazer face a esta despesa? Porque têm os manuais de mudar todos os dois anos?
- 3- Conheço um jovem que entrou para a Universidade e é tetraplégico, e a família é pobre. Mas está com um grave problema porque não tem apoio estatal no transporte casa/ universidade/casa. A bolsa que vai auferir não contempla este tipo de apoio. Porquê que o Estado só concede este tipo de apoio (transporte) até ao 12º Ano? Estarão estas pessoas, com deficiência grave e pobres, excluídas do ensino superior?

Respostas

As TIC já são ensinadas de duas formas: a primeira é ensinar os alunos a utilizar um computador, i.e. ensinando-lhes informática, existe uma disciplina no 7º e 8º ano, todos os alunos passam por ela, já estive no 9º e no 10º e imagino que numa futura reforma “desça” ainda mais para idades mais jovens. Há neste momento no 1º ciclo uma experiência que envolve cerca de 50% dos alunos que é Introdução à Programação. Existe um consenso que a introdução à codificação em idades precoces, promove alguns benefícios para o seu desenvolvimento intelectual. Trata-se de alunos do 3º e 4º ano (8, 9 anos) e 50 % das escolas escolheram esta modalidade. Estima-se que no futuro existiram centenas de milhares de ofertas de emprego que terão



por base as TIC e onde é preciso investir mais. Neste campo não nos limitamos à informática mas ao acesso a Novas Tecnologias e como não podia deixar de ser, investimos na formação de professores. Já não se trata do ensino puro da informática, mas algo mais generalizado da utilização das tecnologias. Relativamente aos manuais escolares não mudam de 2 em 2 anos, mudam por lei, de 6 em 6 anos, o que acontece é que cada vez que muda o programa – com o investimento de novo Governo – muda a forma de ensinar determinada matéria e daí a mudança de manuais. De qualquer das formas prevê-se a gratuitidade para todo o 1º ciclo a partir do próximo ano, para além da existência da ação social escolar para alunos de famílias mais desfavorecidas com dois escalões (A e B).

Relativamente à questão formulada relativamente aos alunos do 12º ano. Esta situação existe maioritariamente nas zonas onde há falta de instalações escolares (zonas urbanas). No restante país esse problema não existe. O limite é os 20 anos, entre os 18 e os 20, desde que a escola tenha espaço pode frequentar, também existe o ensino recorrente.

Gostaria de colocar outra questão, que tem que ver com as profissões em extinção e com a formação profissional desadequada, muitas profissões desaparecerão nos próximos anos e é necessário investir em profissões de futuro, porque a mudança é muito rápida.

b) Emprego

1 - Qual a percentagem de integração no mercado de trabalho, das pessoas que frequentam formações profissionais? E das que completam os programas relativos às Políticas Ativas de Emprego? O que poderia ser melhorado neste processo de integração através destas políticas?

2- Situações reais mostram-nos que muitos desempregados a auferir subsídio de desemprego ou outra prestação social são fortemente coagidos a aceitar ofertas de emprego e/ou de formação em áreas profissionais para as quais não têm qualquer experiência ou interesse. Não deverão as ofertas de emprego e de formação ter em conta as motivações, aptidões, competências e percurso profissional dos desempregados?

3 - Tenho uma filha licenciada em Psicologia Clínica. Acabou o curso com média de 18 valores. Esteve a procura de estágio profissional durante 3 anos e não conseguiu. Foi obrigada a emigrar para Londres, onde tem um elevado salário. Contudo, nunca foi objetivo dela emigrar. Foi muito difícil para ela e para a família. Como resolver estas situações? Que respostas existem para estes jovens qualificados?

Respostas

Sobre a percentagem de integração não tenho esses números. Relativamente à formação profissional, devo dizer que ela poder ser essencial para a integração profissional, sem qualificação as pessoas têm mais dificuldade e é fundamental para a integração das pessoas. Mas sei que há áreas, tais como aquelas que dão dupla certificação, cuja taxa de integração é bastante elevada. Há também cursos integrados no programa Vida Ativa que são apenas ocupacionais, cuja taxa é menor, mas que são importantes para a “ativação” das pessoas. Relativamente às políticas ativas de emprego: os CEI's, estas medidas não tem como objetivo a integração imediata em posto de trabalho. Estas não podem inclusivamente ser aplicadas em sítios onde se conclua que há substituição de posto de trabalho, são apenas de um ano, e o IEFP nem sequer as “mede” (em relação à integração no mercado laboral), quando havia essa possibilidade por parte das instituições públicas (p.e. autarquias) havia algumas integrações em postos de trabalho, particularmente

em IPSS's e no movimento associativo. Aqui há a noção de que após um CEI, algumas pessoas se revelam tão úteis e necessárias que acabam por ser contratadas. Não tenho números concretos, mas creio que será superior a 20%. Onde nós medimos é na medida Estágios Profissionais. Desde 2014 que instituímos uma regra em que só aprovamos novas candidaturas a empresas que integrem pelo menos um terço dos estagiários, o programa tem uma integração que ronda os 70 %, ao fim de 9 meses seguintes nós medimos a integração daquela pessoa naquela ou noutra empresa ou entidade, neste momento verificamos isso através do sistema de segurança social. Apesar de todos os problemas e incorreções o estágio Profissional é um programa que pode resolver muitos problemas, principalmente para os jovens. Outro, por exemplo, é o apoio à contratação onde a integração é de 100%. Esta medida está neste momento suspensa por necessidade de revisão. Esta revisão pode ser completamente diferente e poderá fazer face a situações de precaridade, trabalho temporário, etc, uma vez que ela poderá só apoiar contratos definitivos. O IEFP tem a obrigação de pugnar pela qualidade do emprego, que está na sua própria missão, embora o mercado seja algo complicado, desse ponto de vista.

Quanto à questão do “*fortemente coagidos a aceitar ofertas*” as pessoas que estão a receber subsídio de desemprego, temos registos diversos sobre essa matéria. Não há a obrigatoriedade da apresentação quinzenal. Por um lado temos o problema das pessoas que não queriam de todo receber subsídio de desemprego, queriam era arranjar emprego, são bastante proactivos e aceitam todo o tipo de iniciativas que lhes apresentamos e depois temos os que recusam e que a lei permite em determinadas circunstâncias, tal como diz o decreto de Lei. Há na lei um conjunto de itens que o desempregado pode usar para recusar essa oferta de emprego e depois temos as fraudes: as pessoas que estão a trabalhar e a receber subsídio. Perante esta panóplia de situações o IEFP tem uma política que poderá ser considerada mais coerciva, que é a de exigir a demonstração da procura ativa de emprego e procurar que as ofertas sejam convenientes. Assim o desempregado pode recusar o que a lei lhe permite, as outras em princípio, terá de as aceitar.

Quanto aos recibos verdes e prestação de serviços, essa não é bem uma área de intervenção do IEFP, é mais da área do ACT. Embora nós enquanto IEFP não promovemos a prestação de serviço, ou então isso é um falso contrato de trabalho e isso é matéria para o ACT. Quanto ao trabalho temporário, nós aceitamos ofertas das empresas do setor mas perante o mercado atual... infelizmente temos de aceitar. Temos de crescer mais em termos de economia e de emprego, para mudarmos o paradigma do mercado de trabalho, sendo certo que – tal como já foi mencionado – temos pela frente uma revolução tecnológica que irá dispensar muitos postos de trabalho na indústria e mesmo no setor dos serviços. O mercado de trabalho complica e as ofertas de emprego desaparecem e a nossa função também se complica. As medidas de política ativa de emprego são e foram sobretudo importantes para travar o aumento de desemprego criado pela crise.

Devido à ausência de um representante da área da Justiça as questões foram apresentadas, mas não foi possível obter resposta neste domínio.

Painel I - Estratégia Nacional. Domínios estratégicos da habitação, saúde e proteção social

Moderadora: Joaquina Madeira (Lisboa)

Representantes da Educação e do Emprego: Diretor Geral da Saúde – Francisco George; Representante da Habitação da CM de Lisboa – Dr. Rui Franco e Representante do Instituto da Segurança Social - Dra. Sofia.

Representantes do CNC: Higinio Costa (Lisboa); Helena Nunes (Castelo Branco) e Natália Fonte (Coimbra)

Principais questões colocadas aos representantes presentes:

a) Saúde

1. As listas de espera nos hospitais são enormes. Grande maioria das primeiras consultas de especialidade demora cerca de um ano. Que soluções se existem para fazer face a estas situações, principalmente quando o tratamento das patologias exige celeridade e não se tem dinheiro para recorrer ao sistema privado?
2. Por que razão não existem todas as especialidades médicas no Serviço Nacional de Saúde? Ex. Dentista, Psiquiatria? Que esforços é que o Ministério da Saúde está a fazer para melhorar a cobertura de médicos de família, especialmente nas regiões do interior do país?
3. Sendo a saúde oral um dos maiores problemas de pessoas em situação de pobreza, de que forma se pode contornar o facto de não ter qualquer tipo de participação?

Resposta:

Há de facto uma relação muito estreita entre saúde e pobreza. Há estudos que datam do século XIX, em que é demonstrada a relação existente entre a classe trabalhadora e a frequência das doenças, nomeadamente a tuberculose. Em 1850 ainda não havia medicamentos para a tuberculose e um médico que depois se tornou muito famoso Edwin Chadwick, estabeleceu a relação entre a frequência da doença e o grau de pobreza. Há poucos meses foi feito um estudo no Metropolitano de Londres, se imaginássemos que



era o Metropolitano de Lisboa, esse estudo indica que às 18 h (horas da maioria dos passageiros irem para casa) à medida que saiam das zonas ricas para as zonas pobres (para a periferia...) a esperança de vida diminuía. Quem vivia em bairros periféricos tinha uma probabilidade de vida menor do que os que vivem em zonas ricas. Este trabalho, coordenado pelo Dr. Michael Marmot, foi apresentado numa reunião em que estive presente e onde ele apresentou estes resultados, ele chama-lhe a demonstração do: “*gradiente social de condições de vida*” que se refletem na esperança de vida. Há um reflexo das diversas condições de vida e da saúde, particularmente em relação à saúde pública mas também da tuberculose. Há outro estudo – do meu tempo de Guiné-Bissau – em que as populações de uma ilha dos Bijagós tinham uma elevada taxa de tuberculose, e um dos primeiros problemas identificados era que as casas onde essas populações dormiam não tinham janelas e portanto não tinham ventilação, o que acontece é que o agente da tuberculose – o bacilo de Koch – é muito sensível à iluminação e à ventilação e naquelas condições as taxas eram muito elevadas. A tuberculose teve ainda o agravamento a partir dos anos 80, por causa da Sida, que prova a fraqueza do sistema imunitário. Tuberculose e Sida andam de mãos dadas.

Habitação

1. Que medidas estão a pensar criar para reestruturar a habitação social? Como obrigar os municípios a cumprir o regulamento? Considerando por exemplo pessoas que residem em habitação social que tem condições para arrendar no mercado e deixar a habitação para quem precisa?

2. O que está previsto para assegurar o acesso dos cidadãos com maiores dificuldades económicas a habitação condigna: condições de salubridade, condições físicas/ materiais, água, eletricidade e aquecimento, apoios sociais/ rendimentos que permitam fazer face às despesas com as habitações?
3. Os bancos hoje em dia são os maiores proprietários de imóveis, sendo que uma parte significativa está vazia. Como vê a possibilidade de negociação com os bancos, para que os imóveis de que são proprietários e estão vazios, possam ser colocados no mercado social de habitação?

Resposta:

Começo por afirmar que o grupo político a que pertença (*Movimento de Cidadãos, liderados pela Arq.^a Helena Roseta e em coligação com a atual direção da CM Lisboa*) partilha da opinião de que o direito à habitação está consagrado na constituição e que cabe ao Estado assegurar e aos municípios encontrar modos de o prestar, no entanto os municípios não têm receitas fiscais nem disponibilidade financeira para o assegurarem por si só. Portugal tem tido um progresso considerável, quer em Lisboa, quer noutras áreas metropolitanas,



nos anos 80 e 90 os programas de erradicação das barracas tiveram sucesso na sua esmagadora maioria, nos anos 80 através do Programa Especial de Realojamento foi com financiamento da administração central aos municípios para desempenharem essas funções, a partir de 2000 não houve nenhum programa da administração central que financiasse este provimento de habitação condigna aos municípios e poucos são aqueles que conseguem dar respostas às solicitações e isto cumulativamente com a falta de financiamento por parte dos últimos Quadros Comunitários. O conceito de habitação social é em termos europeus um conceito heterogéneo, em Portugal significa o provimento de habitação àqueles que não o conseguem sozinhos e lhe é cobrada uma renda na proporção da sua capacidade financeira. A habitação social significa mais ou menos um quarto da população de Lisboa, mais de 25 mil habitações, no entanto, ficam abaixo da habitação social na maioria das grandes capitais e é preciso mais habitação. Em Lisboa ela é atribuída por concurso, baseadas em carências económicas e as habitações são atribuídas por ordem de carência e essa atribuição não chega àquilo que consideramos uma resposta razoável. Há uma fatia considerável da população que está muito longe de conseguir encontrar habitação no mercado e que fica de fora dessas atribuições (que não chega assim para todos). Um fenómeno interessante em Lisboa é a diminuição da população de 800 mil para 500 mil entre os dois últimos Censos e a área Metropolitana tem quase 3 milhões de pessoas. Cresceu imenso nos últimos 40 anos e isso é relevante porque demonstra de certa forma a inacessibilidade da habitação no mercado, assim sem financiamento europeu e nacional, o que a CM Lisboa tem construído desde 2007, em primeiro lugar angariar financiamento para a construção de nova habitação. Lisboa neste momento está a construir algumas centenas de novas habitações sociais ao fim de 20 anos exclusivamente com o empréstimo do Banco Europeu de Investimento, mas a fundo perdido que eu saiba não há. Admito que haja fraude, mas a esmagadora maioria, são pessoas que precisam mesmo da habitação social, a gestão representa um défice anual superior a 90 milhões de euros, ao mesmo tempo criamos uma série de outros programas que estão vigentes para um estrato intermédio da população. Melhoramos a gestão, havia pessoas que já não precisavam da habitação social e que por

inércia lá continuavam, passamos a pedir ciclicamente pedir a todos os inquilinos a demonstração de rendimentos, isto traduz-se na devolução de centenas de habitações por ano, face à possibilidade de atualização da renda perante os rendimentos declarados e poder reafectar essas habitações a famílias que neste momento precisam delas, são cerca de 600 por ano e significa uma revolução face ao que se fazia á alguns anos atras. Também temos o subsídio municipal de arrendamento – para soluções de risco – famílias que tem um contrato privado no mercado e que momentaneamente perderam capacidade por desemprego ou outra razão, estamos a apoiar umas largas centenas de famílias para não perderam a casa. Outro programa é prover arrendamento de privados para o tal estrato intermédio. Está-se a trabalhar para que a CML entregue terrenos para construir e durante 30 ou 40 anos as habitações sejam arrendadas a um determinado preço. Estamos a falar em preços de renda a cerca de metade da renda de mercado, não podemos deixar que Lisboa perca população por ser empurrada pelo mercado de arrendamento para fora de Lisboa.

Proteção social

1. Considera que o valor médio do RSI atribuído a 1 adulto permite viver com dignidade? Por que razão é que existe uma tão grande fiscalização na medida do RSI que não se verifica noutras medidas?
2. O que está previsto para melhorar a proteção e o apoio destas medidas e das já existentes: RSI, Complemento Solidário para Idosos, etc?
3. De forma se está a investir na sua efetiva inclusão dos beneficiários da medida? No mercado de trabalho, por exemplo?

Resposta:

O ISS tem desenvolvido uma estratégia de proximidade e este encontro enquadra-se perfeitamente nesse objetivo. No âmbito das prestações sociais temos uma aposta no reforço das prestações e nos mínimos sociais, ou seja uma reversão da tendência dos últimos anos de reduzir prestações e começamos ainda este ano a inverter este processo, um reforço do CSI, neste sentido iremos iniciar uma campanha para que as pessoas percebam o acesso que têm às prestações sociais, que foram um pouco secundarizadas. Também no abono de família, foram repostos valores e critérios de abrangência, contribuindo para o combate á pobreza infantil e melhoramento do bem-estar familiar. Também um trabalho no âmbito da prestação única para a deficiência procurando abranger cerca de 80 mil cidadãos, reforçando o papel da inclusão e das políticas para a deficiência.

4. AVALIAÇÃO (PARTICIPANTES)

Estiveram presentes **85 participantes**³, no entanto, apenas foram rececionados 43 questionários de avaliação.

Relativamente à sua preparação para o evento, os participantes sentiram-se bem e muito bem preparados. No entanto, e apesar de se verificar algumas mudanças positivas ao nível do envolvimento e na preparação do encontro, ainda são referidas alguns aspetos a melhorar, no que diz respeito à necessidade de mais reuniões e mais tempo para preparar as temáticas que foram abordadas no Fórum Nacional. *“Precisamos de mais reuniões para discutir estas temáticas”*. Foi igualmente referida a pertinência de uma maior divulgação dos trabalhos desenvolvidos a nível local, sensibilizando os cidadãos e promovendo o conhecimento do trabalho desenvolvido: *“é necessário uma maior participação ativa por parte dos conselhos locais de cidadãos e dos restantes cidadãos”* | *“Mais tempo disponível por parte dos elementos dos conselhos locais”*.

Relativamente ao **programa do fórum**, a maioria dos participantes manifestou uma grande satisfação relativamente ao evento. Foram referidos como principais **aspetos positivos** do encontro: a interação e a reflexão entre os participantes (nos vários momentos existentes para o debate); a qualidade das intervenções, a pertinência das temáticas abordadas, com destaque para o diálogo entre os partidos políticos e os representantes dos vários domínios estratégicos de intervenção e a interação entre os vários participantes – *“Foi a oportunidade de todos, nos pronunciarmos sobre os nossos problemas”* | *“Todo o trabalho das pessoas intervenientes no debate da Assembleia da República”* | *“O dialogo com os deputados na Assembleia da República. O debate aberto com as entidades que se disponibilizaram para vir aqui esclarecer as nossas dúvidas e problemas”* | *“Adorei estar na Assembleia da República para poder ajudar como cidadã o desenvolvimento do meu país”* | *“Foram abordados temas muito interessantes”* | *“A interação entre os participantes e as intervenções”* | *“A estrutura do programa era boa e os timings também”*. Importa ainda destacar que os participantes consideraram igualmente muito positivo o facto de termos a presença dos partidos políticos com assento na Assembleia da República, assim como os representantes das várias áreas de intervenção, demonstrando a disponibilidade e o interesse dos mesmos em partilharem as suas perspectivas com as pessoas que vivenciam as situações de pobreza e de exclusão social e de as ouvir. *“A visita ao parlamento, o dialogo com os deputados, as mesas também funcionaram muito bem”* | *“Podemos expor os nossos problemas a quem de direito”*.

Relativamente aos **aspetos negativos**, os participantes referiram a ausência do representante da área da Justiça (no dia 19), a falta de tempo para a discussão e debate de algumas temáticas, falta de cumprimento dos horários e a alimentação.

Em relação ao debate na **Assembleia da República (18 de outubro)**, podemos considerar que este revelou-se de extrema importância para os participantes visto que sentiram que as suas preocupações e apelos foram ouvidos e tidos em consideração pelos partidos políticos. *“Foi importante para mim a disponibilidade e a presença dos deputados, assim como a presença do presidente da Assembleia da República”* | *“O debate*

³ Os 85 participantes dizem respeito à equipa técnica, aos vários elementos dos Conselhos Locais e outros convidados.

com os deputados presentes". Destaca-se igualmente nos questionários de avaliação a participação ativa dos elementos dos conselhos locais, colocando questões pertinentes sobre a situação social e económica do país. No entanto, consideram que era necessário mais tempo para o debate e que algumas questões não obtiveram resposta por parte dos partidos políticos. *"Gostava e ainda sonho que pelo facto de ter participado nesta ação algo vá mudar, para melhor. Era necessário mais tempo com os deputados para colocar mais questões"*.

Relativamente às **mesas redondas "Estratégia Nacional: domínios estratégicos da formação ao longo da vida, emprego, justiça, saúde, habitação e proteção social (19 de outubro)**, os participantes avaliaram como muito bom: *"o facto das personalidades convidadas terem aceite os convites formalizados | "A transmissão das ideias e a clareza da conversa entre a mesa e o público" | "A mediação da mesa, a boa disposição e o cuidado que se teve de ouvir todos" | "Muito participativa e interventiva" | "A participação e a partilha" | "Houve avanços e fez-se ouvir a voz dos presentes delegados na mesa-redonda" | "Gostei de poder falar abertamente com as entidades responsáveis presentes"*.

Para **futuros encontros**, os participantes apresentaram as seguintes sugestões: apostar numa maior visibilidade do encontro junto dos meios de comunicação social; dar continuidade às metodologias utilizadas neste fórum (particularmente a realização do debate na Assembleia da República); apostar na presença e na participação das entidades responsáveis por esta temática a nível governamental, abordar outras temáticas, assim como a participação de outros atores-chave. *"Manter os trabalhos na Assembleia da República e reforçar a senilização das questões da pobreza" | "Seria pertinente e muito importante envolver a comunicação social e reforçar as relações com os mesmos"*.

No entanto, em termos gerais a avaliação é muito positiva, ressaltando a organização, as metodologias utilizadas e o bom relacionamento/ambiente como aspetos fundamentais para o sucesso deste encontro. Este sucesso é visível nos seguintes testemunhos de alguns participantes: *"Adorei esta experiência. Apenas gostava que me tivessem permitido falar mais, pois muitas questões ficaram por colocar" | "Mais debates deste género com figuras relevantes"*.

Contudo, sabemos que é importante estar atento à realidade, tentando sempre melhorar o trabalho que é desenvolvido em conjunto com as pessoas que vivenciam ou já vivenciaram situações de desfavorecimento social. Neste sentido, continuaremos apostar na realização destes encontros de partilha e de reflexão sobre os desafios atuais que o combate à pobreza e à exclusão social exige e para os quais é fundamental a participação de todos os cidadãos. E tal como refere um dos participantes, *"temos de fazer ouvir a nossa voz. Não podemos baixar os braços. Gostei muito de participar no fórum, continuem no bom caminho. Obrigada por esta oportunidade"*.

5. CONCLUSÃO FINAL

Desde 2009 que a organização tem apostado na promoção da participação e do envolvimento efetivo das pessoas que se encontram numa situação de desfavorecimento social de forma a contribuírem para o combate da pobreza e da exclusão social. Assim, o trabalho efetuado neste fórum, e particularmente junto dos Conselhos Locais, não termina aqui, pois estamos perante grandes desafios que nos responsabilizam a todos, pois todos temos uma responsabilidade individual e coletiva na erradicação da pobreza.

Para a EAPN Portugal, este processo de participação constitui uma prioridade na sua intervenção, pois defendemos que a participação se assume como um instrumento pertinente no qual se podem formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, cidadãos capazes de se assumirem como agentes transformadores de uma sociedade mais justa e igualitária. Devemos assim criar oportunidade e condições para que esses cidadãos se façam ouvir e colaborem mais ativamente nos seus próprios processos de inclusão e na sociedade da qual fazem parte. A sua presença nos processos de participação, além de enriquecer os demais com a sua colaboração pessoal e coletiva, é um testemunho de mudança ao nível da igualdade e da justiça social.

Temos consciência que estes momentos constituem mais um “pequeno” passo neste processo de participação e envolvimento ativo das pessoas em situação de pobreza e de exclusão. No entanto, acreditamos que a inclusão deve incidir numa interlocução próxima com aqueles que vivenciam essas realidades, pois de outra forma estaremos sempre a falar do que não sabemos, do que não sentimos e do que não partilhamos.

Para os participantes das várias localidades do país, este fórum assumiu uma importância muito significativa não só ao nível dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos dois dias, mas também na oportunidade de partilhar experiências e pontos de vista relativamente às temáticas abordadas com os partidos políticos e com os representantes de algumas áreas-chave de intervenção. Assim, consideramos que foram alcançados os seguintes resultados:

- Dialogo com os partidos políticos no sentido de apresentar, dar a conhecer e caracterizar as várias situações de pobreza e exclusão social, e por outro lado, a interlocução com as instituições responsáveis pela gestão das políticas públicas.
- Conhecimento na primeira voz dos anseios e preocupações dos cidadãos que vivenciam as situações de pobreza e de exclusão social.
- Oportunidade de reflexão, auscultação e participação ativa de toda a sociedade e os partidos na redefinição de estratégias de combate à pobreza e exclusão social. A mobilização de todos (condição indispensável para lutar por um propósito que deve, de facto, ser de todos) torna-se imperiosa! Todos sem exceção, incluindo os próprios cidadãos que sofrem quotidianamente as consequências dessa injustiça.
- Oportunidade para a realização de um encontro anual de pessoas em situação de pobreza e exclusão na Assembleia da República com os vários representantes dos partidos políticos no sentido de avaliar o impacto das medidas/políticas existentes.
- Alguma proximidade entre os políticos e os cidadãos comuns.

A participação é um desafio contínuo e exige uma avaliação permanente, pois estamos perante a coresponsabilização, a partilha e a tomada de decisões em conjunto. É neste sentido que a EAPN Portugal continuará a caminhar para que estes cidadãos se façam ouvir e colaborem mais ativamente nos seus próprios processos de inclusão.

Outubro de 2016

ANEXOS

Anexo 1



Documento Síntese

Trabalho Preparatório CLC

VIII Fórum Nacional de Combate à Pobreza e Exclusão Social

Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social: por uma estratégia nacional

19 de Outubro de 2016

1- Enquadramento

A situação de crise que Portugal continua a enfrentar, e que se iniciou em 2008, resulta de uma crise financeira com os elevados défices anuais do Estado e o endividamento externo do país. As medidas de austeridade impostas afetam a atividade económica, mas a superação dos défices orçamentais e do endividamento externo estão dependentes do crescimento da economia portuguesa. As elevadas taxas de desemprego que se têm vindo a registar, têm uma consequência gravosa para a capacidade de geração de riqueza no país, porque tem implicações diretas na diminuição das receitas do Estado e da Segurança Social, bem como no aumento das despesas com a proteção social, mas sobretudo porque multiplica o risco de pobreza dos indivíduos e famílias por ele afetadas.

O modelo económico e financeiro, suportado pelo enviesamento da Estratégia Europeia de Lisboa agudizou a situação de pobreza e exclusão social de milhares de cidadãos europeus, dando prioridade e exclusividade aos vetores “crescimento” e “emprego”. Este facto promoveu um não investimento em estratégias que promovam a equidade, a justiça, social, a redução da pobreza e das desigualdades na União Europeia e no mundo.

As causas para a atual situação são várias e estão bem identificadas. De forma global, o contexto internacional desfavorável decorrente da crise de 2008, eminentemente de carácter financeiro, expressam as consequências de opções erradas e de uma ausência de regulação e coordenação das políticas económicas. Podemos assim falar de uma desregulação dos mercados, de especulação imobiliária, de parcerias público-privadas que lesaram o interesse público, bem como na desigualdade na distribuição dos rendimentos (o fosso entre ricos e pobres – é um dos mais elevados da União Europeia). O consumo privado foi também fortemente abalado com a atual crise. Durante muito tempo as famílias portuguesas foram induzidas a aderir a créditos ao consumo e à aquisição de imóveis que provocaram um preocupante e extenso sobre-endividamento. Esta situação tornou-se ainda mais complicada com o crescente aumento da taxa de desemprego que atingiu, e continua a atingir, muitos agregados familiares, fenómeno ainda mais preocupante quando este afeta sobretudo agregados que subsistiam com salários baixos e tendo como suporte empregos precários.

Assim, Portugal enfrentou e continua a enfrentar uma situação económica e social à qual é fundamental responder com responsabilidade mas igualmente com justiça e equidade, no respeito absoluto pela dignidade de cada ser humano.

Assim, o **conhecimento, as inquietações, os apelos e as propostas que aqui apresentamos resultam do contacto com a realidade e em testemunhos na primeira pessoa, e são, em primeira instância, as inquietações, os problemas e os apelos de quem vive em situação de pobreza e/ exclusão social**, e de todos os outros cidadãos que contribuem também com o seu trabalho, empenho, e opinião para a identificação de melhores caminhos por onde todos possam caminhar dignamente.

2- Consequências da crise e algumas propostas de intervenção

A análise das principais consequências da crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar, teve como base a metodologia do Snake que foi aplicada aos cidadãos que constituem os Conselhos Locais de Cidadãos⁴ promovidos pela EAPN Portugal. Deste momento de reflexão ressaltam as principais considerações tendo presente 3 eixos de análise: a) perceções e formas de superação das situações de vulnerabilidade social; b) impacto da crise nas várias dimensões sociais estratégicas, tais como a educação, o emprego, a saúde, a habitação, a justiça e a proteção social; e por ultimo, c) propostas de intervenção.

2. 1- Perceções e formas de superação das situações de vulnerabilidade social

Quando se questiona os cidadãos sobre os sentimentos que possui em relação à sociedade em geral e aos políticos, constata-se que estamos perante **sentimentos de desconfiança e de uma certa descrença**. Estes sentimentos são mais significativos quando se referem às medidas sociais e ao próprio Estado.

- *“Não tenho confiança nas entidades e nas instituições ... as pessoas estão voltadas para si próprias, não existe transparência da parte das pessoas, embora tenha confiança em mim mesmo e no que faço. Sinto que passei a ser não um ser humano com direitos, mas alguém nos quais esses direitos não são respeitados.”*
- *“Esta situação afeta a confiança, porque, de certa maneira não consigo ir onde queria, como posso ter confiança nas instituições e nas entidades que não são transparentes e não conseguem dar respostas concretas às pessoas, todos sofremos e eu tenho cada vez mais dúvidas em relação aos governantes, creio que lhes falta carácter”.*
- *“Sou uma pessoa muito mais cautelosa, desconfiada mas também muito mais tolerante com os outros. Desisti das instituições (estado). Sei que tenho de ser eu a resolver os problemas e as dificuldades que me aparecem”.*

Contudo, referem igualmente que a **sociedade em geral contribui para a produção e/ou reprodução desses sentimentos**.

- *“Tenho a confiança que a sociedade em geral mude de hábitos e costumes e passe a olhar para o homem e não para os bens materiais.”*
- *“A minha situação de vulnerabilidade e os meus problemas de saúde fazem com que sinta revolta com algumas pessoas da minha comunidade, derivado às injustiças que assisto todos os dias. Aprendi a não confiar nas pessoas, porque quando mais precisamos elas desiludem-nos... não suporto hipocrisia.”*

Verifica-se, igualmente, que a situação de vulnerabilidade vivenciada pelos cidadãos **influencia as suas relações sociais**, provocando o **isolamento** e a **perda de redes de contactos e de suportes familiares**. Estes factos conduzem a um sentimento de **solidão, frustração e de baixa autoestima**.

⁴ Integram os Conselhos Locais, cidadãos que vivenciaram ou vivenciam situações de desfavorecimento social e que se identifiquem com os objetivos da EAPN PT e que desejam contribuir voluntariamente para o combate da pobreza e da exclusão social.

- *“Com a depressão e o desemprego, fecho-me em casa e procuro isolamento, gostaria de conviver mais, mas fecho-me para evitar gastos de gasolina e outras despesas, tento procurar trabalho, tenho apoio de um psicólogo, mas sinto que devia falar mais.”*
- *“A situação de vulnerabilidade afetou as minhas relações sociais com as outras pessoas, por um lado devido à minha situação financeira, deparei-me com o afastamento por parte de alguns pseudo-amigos, mas por outro lado as pessoas aproximaram-se outras pessoas. No entanto, encontrei na EAPN Portugal amigos que mantenho por termos em comum as mesmas dificuldades”.*
- *“Sim, isolo-me mais, não saio de casa para eventos sociais ou para reuniões de amigos. Sinto-me diminuída por não poder às vezes sair para almoçar com os amigos. Mantenho-me mais no seio familiar”.*

No entanto, os cidadãos recorrem a várias **estratégias** para aliviar e reduzir essas situações de vulnerabilidade. *“Procuro sempre estratégias que me ajudem a reduzir o impacto desta situação com o trabalho de voluntariado, visitas a IPSS’s dando apoio a famílias, tarefa que faço individualmente ou em grupo, para além da preocupação com a minha própria família, faço também alguns trabalhos manuais para por á venda para dar algum rendimento à família...”*

Das estratégias desenvolvidas, destacam-se as seguintes ações:

- A participação nos **Conselhos Locais de Cidadãos promovidos pela EAPN Portugal** onde têm a oportunidade de se fazerem ouvir junto das entidades responsáveis, apresentando melhorias e contributos para as políticas sociais (definimos soluções para os nossos problemas).
- **A associação a organizações que lutam contra a pobreza (voluntariado)**, disponibilizando o seu tempo, a sua experiência e as suas ideias, contribuindo com o empenho nesta luta que deve ser uma luta de todos os cidadãos. *“Com a situação de desemprego tenho mais tempo livre e tenho aproveitado para fazer voluntariado e tentar ajudar as pessoas”* *“Sirvo voluntariamente em instituições que apoiem comunidades e com isso creio que reduz o impacto na situação em que me encontro”.* Um outro testemunho revela a importância dos cidadãos sentirem igualmente que ainda podem contribuir para a sociedade da qual fazem parte independentemente da sua situação de vulnerabilidade. *“Saio com muito sacrifício de casa e dedico-me aqueles que sofrem mais do que eu. Utilizo muito a musicoterapia, a leitura, a escrita, o teatro, a poesia, o canto e a dança. Trabalho com algumas instituições para me sentir útil e um pouco mais realizada”.*
- **Constituição de associações que possam dar apoio a pessoas que se encontram numa situação de vulnerabilidade social.** Um dos elementos dos conselhos locais de cidadãos é vice-presidente de uma associação - Associação Parceiros da Amizade em Aveiro. Esta associação apoia pessoas imigrantes no acesso a determinados bens e serviços, reencaminhando para organizações que possam igualmente ajudar na atribuição de respostas sociais.
- **Desenvolvimento de trabalhos pontuais e sem estabilidade financeira e contratual.** *“Tenho pessoas amigas, cuja situação de desemprego veio piorar as suas vidas. Eu, por mim, faço trabalhos pontuais e já estive em POC’s e outras PAE, por vezes, faço voluntariado”.* *“Para melhorar a situação financeira, dei durante 3 meses mais ou menos explicações”*

- **Recorrem ao apoio de familiares, amigos e instituições** para assegurar o acesso a determinados bens e serviços. *“Face às minhas dificuldades tento e recorro aos meus dois filhos, que já trabalham, porque recorrer a instituições não adianta e não resolve, nem ajuda.” “Conto com o apoio de familiares para fazer face às dificuldades de integração, bem como de amigos, tento levar a situação a bom porto e encarar a vida de uma forma descontraída”*

- E, por fim, alguns cidadãos **veem-se obrigados a reduzir na aquisição de determinados bens e serviços**, designadamente ao nível de alguns bens alimentares e no acesso a medicamentos e cuidados de saúde. *“Gastamos o mínimo possível e nem sempre conseguimos pois por vezes a ajuda dos amigos e da comunidade não chega. Às vezes abdicamos de comprar medicação para poder comprar um par de sapatos. Com tudo isto por vezes não dá mesmo e vamos fazendo umas pequenas coisas em artesanato e que tento vender barato para arranjar algum dinheiro” – “Sou obrigada a reduzir na alimentação uma vez que não tenho suporte familiar. Dai ter um a qualidade de vida muito reduzida”*

Analisando a evolução das situações e o que se espera em termos futuros, os cidadãos revelam pessimismo e frustração. Este pessimismo relativo ao presente e ao futuro deve-se ao facto de considerarem que as situações têm vindo a aumentar existindo igualmente a perceção de que no futuro esta situação irá manter-se ou mesmo agravar.

- *“Esta situação afeta muito porque não temos alternativa, por motivos de saúde a minha vida fica limitada e financeiramente sou cada vez mais vulnerável, sinto que não tenho futuro, nem solução à vista...”*
- *“Por vezes a minha situação afeta-me de uma forma muito negativa, fazendo parecer que a vida não anda em frente, tem alturas que a luz ao fundo do túnel teima em não aparecer... aí chegam os filhos e as suas palavras de incentivo que dão que pensar e me fazem seguir em frente e lutar com todas as minhas forças.”*
- *“Cada dia que passa é mais difícil encontrar oportunidades de trabalho logo os sonhos também se vão alterando”*

O pessimismo em relação ao futuro surge como um discurso recorrente entre os cidadãos. Esta perceção é fruto da situação social e económica que o país tem vivido e resultado do impacto da crise nas suas vidas. Impactos que serão abordados no ponto 2.2 do presente documento.

2.2 Impacto da crise nas várias dimensões sociais estratégicas

2.2.1 – Educação

“A educação não é para todos, principalmente para uma família que não tem apoios, pois muitos jovens têm de deixar a escola para ajudar os pais. Tenho um familiar que deixou de concluir um curso superior por falta de apoio e corte na bolsa de estudo”. Este testemunho demonstra a importância que os elementos dos conselhos locais de cidadãos atribuem à escolarização e as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia nesta área, sobretudo **ausência de apoios e de recursos económicos para frequentar o sistema de ensino.** *“Muitos jovens têm de deixar a escola para ajudar os pais.*

Estas situações colocam em causa as **perspectivas futuras dos cidadãos**, impedindo-os de concretizar os seus sonhos. *“Em 2008, estava no 10º ano e na minha família a situação no que respeitava a emprego era estável, no entanto em 2009, descobriram-me uma hérnia lombar, estudei até ao 12º ano. Entretanto comecei a tomar conta de uma pessoa idosa. Acabei o curso profissional e gostava de tirar uma licenciatura em economia, mas não tenho como pagar as propinas”*

Apesar das **baixas qualificações escolares**, os cidadãos continuam apostar na sua qualificação recorrendo às mais diversas áreas de formação profissional. *“Esta é uma área cada vez mais destinada a privilegiados. Possuo muitas formações, algumas delas pagas outras, consegui gratuitamente através do IEFP (de muito má qualidade), presentemente a minha prioridade é dar alento à minha filha de forma a ela entrar na universidade”*. No entanto, consideram que estas formações **não correspondem às necessidades do mercado de trabalho** - *Ao longo de quatro anos tenho estado em constantes formações profissionais de curta duração, que a meu ver não deram frutos visto que nunca consegui colocação em nenhum emprego”* e conseqüentemente **não constituem uma mais-valia na integração do mesmo** – *“Em 2014, tive que começar a viver com muito pouco dinheiro, por causa da situação de desemprego, fiz bastante formação para obter mais competências, mesmo assim não consegui emprego”*

Importa ainda referenciar alguns testemunhos de pessoas mais qualificadas que pelas mais diversas razões não conseguem arranjar emprego (idade, doenças crónicas, entre outras), testemunhos que demonstram que não **existe uma relação linear entre elevados níveis de escolaridade e integração no mercado de trabalho**. *“Em 2008, reingresso no curso superior que tinha iniciado há muitos anos (curso de direito). Tirei este curso na tentativa de uma vida melhor em termos profissionais. Entre 2012, 2013 e 2014 estive a frequentar formações modelares (inglês, francês espanhol e na área do atendimento). Como não arranjei emprego em 2009 tive que regressar à minha terra natal em 2009.”*

2.2.2 - Emprego

Em Portugal, nos últimos anos, os níveis de desemprego têm vindo a subir para níveis nunca antes vistos no nosso país e afetam grupos sociais mesmo aqueles que julgavam ter o seu emprego como algo seguro e para a vida toda. O mercado de trabalho passou a caracterizar-se por uma grande instabilidade, precariedade, situações duradouras de afastamento do mercado de trabalho e trabalho informal. *“Aos baixos salários junta-se o baixo poder de compra, além das propostas de trabalho serem mais escassas e mais exigentes”*.

A maior parte dos cidadãos vivenciam uma situação de desemprego de longa duração, associado a vários fatores: **baixos níveis de escolaridade, insuficiente ou inadequada formação e qualificação profissional, ausência ou reduzida experiência anterior de trabalho, pessoas portadoras de necessidades especiais, grupos de idosos ou portadores de doenças crónicas e ainda indivíduos alvo de discriminação em função do género, cor da pele ou etnia**.

Os seguintes testemunhos dão-nos conta das situações descritas anteriormente:

- *“Fui a uma reunião ao centro de emprego e o técnico perguntou-me a idade (61 na altura respondi) e disseram-me que tinha de esperar pela reforma, pois era velho demais para trabalhar”*

- *“Em 2008 fiquei desempregado devido a um problema de saúde. Depois tive muitas dificuldades em ser inserido no mercado de trabalho devido à minha idade e falta de estudos”.*
- *“O principal problema do emprego para os desempregados não só para quem tem mais idade, mas também para os portadores de deficiência e com mais de 20 anos, embora possa perfeitamente trabalhar, entra aqui o preconceito, tem sempre problemas para arranjar trabalho”*

Desta forma podemos considerar que existem algumas condições que produzem e reproduzem alguns fatores críticos de exclusão e inclusão social, tais como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a pobreza, a desigualdade educacional e a discriminação, evidenciando alguns desafios presentes nos processos de inserção profissional.

“Desde 2005 que não tenho emprego. Não confundo emprego com trabalho. Trabalho, tenho muito, porque faço muito voluntariado, mas não tenho emprego, já passei desde 2005 por muitas situações (POC's, CEI's, entre outros) mas só restou a frustração.” Esta situação agrava-se quando estamos perante um **mercado de trabalho caracterizado por uma forte insegurança e precariedade** (contratos a prazo, entre outros), assim como uma forte **prevalência de uma economia informal que aumenta os riscos de pobreza visto que o trabalho temporário, irregular e a subocupação** não são considerados situações de desemprego. *“Às vezes passamos mal. Vendo roupa porta a porta, mas mal dá para comer e para pagar a luz e a renda da casa”.*

“Em 2008 antes da entrada da troika em Portugal e no início da chamada crise, trabalhava como diretora comercial a recibos verdes, depois perdi o emprego, trabalhava a recibos verdes, tenho poucos anos de descontos”.

Neste sentido, não **existe proteção social para estas pessoas**, designadamente subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego. *“A partir de 2013 começou a complicar-se a situação financeira em princípio devido à situação do país generalizada comum à maioria dos portugueses. Perdi em 2014 a avença que tinha com a empresa com a qual colaborava por diminuição de pessoal. Estou inscrito no centro de emprego desde 2007 pois a avença não é um contrato.”* No entanto, algumas pessoas que se encontram nestas situações têm de **recorrer ao Rendimento Social de Inserção**, pois é a única forma que têm de poder fazer face às suas despesas. *“Em 2014 comecei a beneficiar do RSI, pois fiquei desempregado e não tinha direito ao subsídio de desemprego. Como habito uma casa de habitação social, foi-me retirado em 2 anos 30€ do valor do RSI. O valor atual para o agregado é de 276.78€.”*

Através dos testemunhos dos cidadãos verifica-se que existe um **desconhecimento face às políticas de emprego** e uma **desacreditação face aos serviços de emprego**:

- *“As instituições vão à procura de pessoas que estão a receber ou já receberam o subsídio de desemprego, para empregarem através das medidas do IEFP e assim não pagarem e no fim desses contratos mandam as pessoas embora”*
- *“Dificuldade que as pessoas enfrentam para arranjar emprego (quem está desempregado) as oportunidades são poucas e as empresas são muito exigentes, as que ainda vão dando algum trabalho são as empresas de trabalho temporário, que não tratam as pessoas com respeito, deveria haver mais fiscalização neste sentido a estas entidades.”*

- *“Tive muitas dificuldades no centro de emprego, creio que se preocupam mais com a aplicação de medidas (ativas) de emprego do que com o emprego em si, que são poucos e são precários”.*
- *“Em 2008 fiquei desempregada da biblioteca. Pouca durabilidade do contrato de trabalho e sem ter direito ao subsídio de desemprego. Entrei em depressão”*

Assim, a qualidade do trabalho e do emprego deteriorou-se e permanece sem solução. Não há investimento na criação de empregos de qualidade e muitos postos de trabalho existentes são precários e de baixa remuneração. Por outro lado, os desempregados, particularmente aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade sentem que estão a ser penalizados através de políticas e práticas de ativação compulsivas.

2.2.3 - Habitação

Segundo os testemunhos recolhidos verifica-se que a habitação foi igualmente uma das dimensões afetadas pela crise económica e social que Portugal vivenciou nos últimos anos.

O agravamento da situação das famílias e dos indivíduos, com a subida generalizada de impostos, das taxas de juro sobre os empréstimos à habitação e das situações de desemprego (afetam os dois conjugues em alguma situações), colocou muitas pessoas em incumprimento com as suas obrigações para com as instituições de crédito (bancos). Como consequência, verifica-se o aumento do número de despejos, de casas sobrelotadas e o aumento do número de pedidos de atribuição de uma habitação social

Alguns cidadãos referiram as várias estratégias que tiveram de desenvolver para garantir as suas habitações, designadamente: **a mudança para uma habitação com uma renda mais baixa à habitação anterior; reagrupamentos das famílias** (venda da habitação e residência conjunta com os filhos); entre outras.

- *“A situação de desemprego obrigou-nos a mudar para uma casa camarária”*
- *“Em 2008 tive de vender a minha casa por não ter dinheiro para pagar a prestação e fui viver com o meu filho, pois a minha reforma por invalidez não era suficiente”.*
- *Neste momento estou em vias de ficar sem habitação. Estou sem luz e água, mas com muita vontade de continuar a lutar e a trabalhar”.*

Importa igualmente referir as **más condições de habitabilidade destas famílias** devido à ausência de rendimentos suficientes para fazer face às despesas relacionadas com a habitação, designadamente água, luz, aquecimento, renda, entre outros.

- *“A minha casa é muito fria no inverno devido à falta de isolamento das janelas e portas que já são muito antigas”*
- *“Ouve um incêndio na minha casa, e neste momento vivo numa habitação rural, sem água, luz, gás, sem cozinha e casa de banho.”*
- *“Estou a viver numa habitação há 17 anos, sempre com muitas dificuldades, mas nos últimos tempos essas dificuldades aumentaram, afinal com o RSI no valor de 178 €, tenho que lutar bastante para pagar a renda de 200 €”*

Ao longo dos discursos é igualmente visível as **dificuldades que os cidadãos enfrentam para garantir as despesas regularizadas das suas habitações**, colocando em risco a existência as mesmas. Estas dificuldades prendem-se sobretudo com o pagamento das suas habitações:

- *“Os bancos não dão crédito à habitação para pessoas com trabalho precário”*
- *“Muitos têm dificuldade em pagar o IMI no fim do ano porque não têm rendimentos suficientes. Há famílias que têm habitação própria e comem mal”*
- *“Conheço situações muito difíceis de solucionar. Famílias que tiveram de entregar aos bancos as habitações, com perda do valor já pago, que foram morar com os pais em casa mais pequenas. Deveria haver forma de negociar com os bancos para não haver mais despejos...”*

Importa ainda referir que muitos cidadãos recorreram à habitação social confrontando-se com longas listas de espera e com a não satisfação dos requisitos para beneficiar desta medida:

- *“Várias vezes recorri à habitação social. Dizem-me que têm muitos pedidos, pago metade do salário mínimo de renda de casa, contudo sei que há muitas casas fechadas no local onde vivo, que a camara diz estarem em obras, o que acho que não é verdade”*
- *“Um familiar concorreu a uma habitação social, esteve em entrevistas e tudo não passou disso”*

2.2.4– Saúde

Uma das consequências da crise económica e social evidenciada pelos cidadãos incide nas alterações e na reestruturação do sistema de saúde, situação que se reflete no bem-estar da população portuguesa. *“A saúde vai de mal a pior... com os cortes verificados, tive dificuldades na compra de medicamentos e nas consultas de especialidades que só se encontram rapidamente nos privados, o serviço nacional de saúde está a desmantelar-se, o SNS devia ter mais cuidado com os utentes e o estado – que somos todos nós – termos acesso a consulta de especialidades nos centros de saúde e hospitais quando for caso disso. Não há dinheiro para a saúde, mas há para os bancos e reformas chorudas.”*

Face a este contexto constata-se que os **cortes registados** que, além de colocarem em risco a **qualidade dos serviços prestados**, colocam igualmente em causa a **aquisição de medicamentos**, o **acesso aos cuidados de saúde**, situação que se agrava com o **aumento das taxas moderadoras**, a **redução do pessoal** e o **encerramento de alguns serviços mais próximos** (ex. hospitais). *“O meu estado de saúde agravou-se por falta de resposta do público e pela falta de dinheiro para ir ao privado”.*

Para fazer face aos cuidados de saúde, algumas pessoas recorrem ao apoio disponibilizado pelas instituições sociais, designadamente ao nível da aquisição de medicação, pagamento das deslocações aos centros de saúde, entre outros. *“Tenho uma depressão grave, o meu filho tem epilepsia, tenho recorrido à Caritas para pagar os medicamentos que ficam em cerca de 100 € por mês, muitas vezes não tenho dinheiro para os pagar”*

Os cidadãos possuem uma **perceção negativa face aos serviços de saúde**. Esta situação deve-se à **falta de respostas em tempo útil** por parte do sistema nacional de saúde, da **falta de informação existente** e da **dificuldade em aceder a determinadas especialidades médicas**.

- *“Considero que a saúde mental é o mais importante, isto foi o mais importante para mim, depois de ter perdido o emprego em 2005. Acho que o nosso sistema nacional de saúde está a perder as bases fundamentais. Já fui vítima de três inícios de enfarte e cheguei à conclusão que a minha principal luta é evitar ficar doente e ao mesmo tempo evitar ao máximo este sistema de saúde, que também está doente”.*
- *“A minha mulher foi operada no privado, porque no público tinha que esperar 2 anos” – 2015*
- *“Tenho um problema de saúde que obriga a constante vigilância, verifico que são feitos cortes em todos os setores (também na saúde) há um mau atendimento, escassez de informação, e falta de conhecimento, existe má organização nos serviços de saúde”*
- *“Em questões de saúde temos isenções da taxa moderadora, no que respeita a exames médicos e receitas, não temos razões de queixa, quando temos de ir ao hospital à consulta externa temos de esperar mais de 6 meses – que é o caso da oftalmologia”*
- *“Tenho um familiar com necessidades especiais de saúde e sinto que há falta de coordenação entre as diversas entidades que trataram do caso”*
- *“O sistema de saúde público está às portas da morte, há casos de pessoas que morrem nos serviços de urgência, porque na maioria das vezes os médicos não são suficientes, por vezes estão ocupados a conversar uns com os outros, enquanto os doentes aguardam em macas nos corredores dos hospitais”*

2.2.5- Proteção Social

Neste contexto de crise e no âmbito das medidas de política social, a proteção social tem sido a mais afetada, sobretudo com o endurecimento das regras de acesso a algumas prestações sociais que se traduziu numa diminuição do montante das prestações como numa redução do número de beneficiários (RSI e Complemento Solidário para Idosos). *“A palavra proteção está cada vez mais descabida a nível social. Social e proteção já não andam de mãos dadas como deveriam. A proteção é cada vez menor e as dificuldades aumentam, atingindo cada vez mais as pessoas que realmente necessitam de ser protegidas e apoiadas”. “É o tema onde encontro mais dificuldades com toda a falta de informação quando a ela recorremos, as prestações sociais deveriam ser melhor avaliadas e melhor distribuídas”.*

As alterações nas regras de acesso e nas condições de atribuição às prestações sociais e a diminuição das verbas foram as principais razões que contribuíram para uma maior vulnerabilização das famílias.

A prestação social mais referenciada pelos cidadãos foi o Rendimento Social de Inserção. O Decreto-lei nº. 133/2012 de 27 de junho, procede à revisão do regime jurídico do Rendimento Social de Inserção e da lei da condição de recursos. As várias alterações a esta medida acabaram por ter grandes consequências no **bem-estar das pessoas e no acesso a determinados bens e serviços**, assistindo-se a uma significativa redução do número de beneficiários desta medida e do valor atribuído.

- *“Em 2012, cortaram-me o RSI ficando sem receber qualquer tipo de subsídio e de rendimentos”.*
- *“Recebo o RSI a partir de 2010 e neste momento recebo 150€. Este valor não chega para pagar as despesas e a minha irmã ainda dá alguma comida e faço algumas horas a passar a ferro”.*

- *“Tivemos dois anos sem poder requerer o RSI. Neste momento estou a receber o RSI no valor de 260€. Este valor mal me dá para comer e para as despesas da casa e não tenho ajuda de mais ninguém. Estou desempregada mais o meu companheiro”.*
- *“O principal problema é que é necessário estar 3 meses para obter o RSI, durante esse tempo vive-se de quê? “*

Através dos testemunhos é possível verificar que as pessoas quando se encontram numa situação de vulnerabilidade social (situação de desemprego, doença crónica, reformas baixas, entre outras) recorrem ao **rendimento social de inserção**, sendo este muitas vezes a única via que as pessoas têm.

- *“Em 2013 tive de recorrer ao rendimento social de inserção porque o meu marido ficou desempregado. Em 2014, com as novas regras de atribuição do rendimento social de inserção houve um agravamento nas condições do agregado. Deixamos de conseguir pagar a renda e fomos obrigados a procurar uma casa mais barata”.*
- *“O desemprego do meu marido levou-me a recorrer ao RSI. Em 2014 com as novas regras de atribuição do RSI prejudicou gravemente o meu agregado, sendo muito mais difícil de pagar todas as despesas.”*

Recorrem igualmente **às mais diversas instituições** sociais para fazer face às necessidades básicas do dia-a-dia, designadamente ao nível da alimentação, vestuário, calçado, entre outros. As instituições mais referenciadas foram a Cruz Vermelha e a Caritas Diocesana. No entanto, as instituições locais assumem igualmente um papel importante devido à proximidade com a população e com os problemas vivenciados. Estes dados confirmam que as entidades sociais têm não só um conhecimento mais concreto da realidade mas também assumem um papel importante ao nível das respostas a estas situações.

- *“Até 2013 usufruí do subsídio de desemprego. Já era velha para arranjar emprego e nova para a reforma. Até hoje usufruo do RSI. Em 2014, houve cortes no RSI e tive que recorrer ao banco alimentar porque o dinheiro não chegava”.*
- *“A partir do momento em que fiquei desempregado (devido a um problema de saúde) tive de recorrer ao rendimento social de inserção. Este foi um dos períodos mais difíceis da minha vida. Tive mesmo que ser obrigado a ir para um parque de estacionamento arrumar carros para assim conseguir arranjar algum dinheiro. Nesta fase da minha vida recorri também à Caritas para assim beneficiar de roupas e produtos de higiene”.*

Alguns cidadãos assumem que o RSI foi a última solução encontrada pois têm conhecimento das ideias erradas que a sociedade em geral tem sobre a medida e sobre as pessoas que beneficiam da mesma. *“Em 2010 comecei a receber o RSI e nunca me senti bem com essa medida, ou seja, senti-me discriminada.”*

2.2.6– Justiça

Todas as áreas abordadas anteriormente estão interligadas e a justiça assume igualmente um papel importante na inclusão social. Nesta área estratégica os cidadãos consideram que o seu funcionamento não favorece os mais vulneráveis, verificando algumas dificuldades no acesso à justiça.

- *“Não consigo saber onde me dirigir para pedir responsabilidades, sobre o meu processo de desemprego, creio que só falando com um advogado particular”*
- *“Em 2014, fui a tribunal por causa do problema do despedimento coletivo na empresa onde trabalhava, senti que a justiça é lenta e que por isso demora muito tempo a resolver os assuntos”*

Esta situação foi agravada com o **encerramento de alguns serviços judiciais**, designadamente tribunais. *“O encerramento dos tribunais em determinadas zonas do país, obriga muitas pessoas a terem de se deslocar para as grandes cidades e que coloca problemas ao nível das despesas quando têm de recorrer à justiça”.*

Existe assim uma **descrença no sistema judicial** devido ao tempo de resposta, à falta de informação e de apoio judicial.

- *“Como poderemos acreditar numa justiça justa? Com todas as problemáticas que surgem diariamente (ricos a roubar pobres) como podemos encarar o nosso sistema de justiça de forma positiva? Neste país (e não só, claro) a justiça está constantemente a pontapear os Direitos Humanos. Aos advogados nomeados pela segurança social gostaria só de pedir a competência e a garra que eles mostram quando é o cliente a pagar-lhes o serviço”*
- *“A justiça neste país não funciona, só existe para os ricos...”*
- *“A justiça está cega ... ou apenas vê só aquilo que lhe interessa, existem casos graves que são conhecidos publicamente e ninguém quer saber, outras são para adormecer o povo “*
- *“Em 2009 meti a firma onde trabalhava em tribunal, tinha a saúde debilitada, tinha um advogado officioso e perdi o caso o que agravou mais o estado de saúde, tive um esgotamento, no contrato estava que podia ser substituída e eles fizeram-no”*

3 - Propostas

“O Estado social de Direito deve ter em conta a educação, emprego, saúde, habitação. Proteção social e justiça, fazendo uma retrospectiva de vários anos de troika, cortes, etc pergunto: onde está o nosso estado social de direito, ou é só para alguns?”

Face ao contexto de vulnerabilidade apresentado anteriormente, os elementos dos conselhos locais de cidadãos consideram que é necessário ter presente as seguintes ideias:

- **Promover uma participação alargada, em especial das pessoas em situação de pobreza.** Estas são as vozes mais importantes que podemos ouvir para conhecer os problemas mas ainda mais importantes para encontrar as soluções! A **Participação ativa das pessoas** quer no momento da realização dos diagnósticos, quer enquanto veículos para a valorização dos aspetos que se pretendem promover (testemunhos diretos), quer no acompanhamento e avaliação das ações/medidas/políticas. Dar voz aos que mais diretamente experienciam a violência da pobreza, expressando como esta aumenta a cada dia que passa colocando em risco milhares de cidadãos.

- **Os valores como a justiça, a solidariedade e a igualdade** devem estar presentes na definição de novas políticas. Temos de agir com outros valores e atitudes. Temos de olhar o futuro e fomentar em toda a

sociedade uma cultura de justiça e de solidariedade. Esta necessidade é urgente, visto que estamos perante um cenário onde as situações de racismo e de discriminação são cada vez mais. *“A nossa sociedade está doente. Estão a perder-se os valores tanto familiares como cívicos onde ninguém se preocupa com ninguém. Um mundo diferente não pode ser feito por pessoas indiferentes”.*

- É importante incluir na **agenda política de governação do país o objetivo da erradicação da pobreza**; comprometendo-se com a definição de estratégias e metas para a eliminação da pobreza e que encontrem os adequados suportes institucionais para fazer valer os direitos humanos e sancionar o seu respectivo incumprimento. *“Gostava de ver o lado humano dos políticos a funcionar em prol das políticas sociais e da luta contra a pobreza. Deviam colocar-se no nosso lugar (os excluídos) e considerar esta luta importante”.* Assim, os cidadãos apelam *“ a uma maior sensibilidade da parte das pessoas que nos governam e que foram eleitas em democracia. Creio que o sistema pode mudar”.*

- Mais do que assistir pontualmente, com ações avulsas, **é necessário articular políticas para ações mais gerais/globais duradouras e justas.** *“Os políticos deviam dar mais atenção à questão da pobreza e da exclusão social. Esta deveria ser uma matéria mais discutida na Assembleia da República”.* Devia igualmente *“existir mais acordo entre o governo e a oposição na criação de leis que tivessem durabilidade, mais estabilidade em várias áreas como o trabalho, a segurança social, a justiça, a saúde e a educação. Em relação ao sistema social, devia haver uma maior solidariedade na sociedade quanto a estas questões da vulnerabilidade e exclusão social”.*

- São assim **necessárias reformas estruturais**, uma vez que são muito limitados os resultados das medidas pontuais, por muito necessárias e urgentes que se apresentem; nomeadamente, que seja definido um **rendimento adequado às necessidades fundamentais das famílias**, que não seja calculado apenas com base na satisfação das necessidades básicas de sobrevivência mas, também, de proporcionar o acesso à educação, saúde, habitação, justiça e cultura. Um rendimento que permita aos agregados familiares viver de forma digna e garantir uma vida minimamente justa e inclusiva. Desta forma, é necessário *“políticas sociais mais humanas que olhem para os agregados familiares como pessoas individuais, com necessidades específicas.”* *“Que tenham o cuidado de adequar os salários à realidade das necessidades básicas”*

- Garantir a **Proteção Social adequada a todos os cidadãos**, pois está é fundamental e urgente! É necessária a consolidação de políticas capazes de assegurar uma maior justiça fiscal e melhores políticas orientadas para combater a desigualdade.

- **Reorganização do mercado de trabalho**, promovendo o crescimento com base em empregos de qualidade, remunerações justas, políticas de formação adequadas e incentivos para a inclusão de jovens e dos trabalhadores mais idosos. *“Uma maior compreensão para com os de mais idade. Apoiar os jovens com emprego de acordo com as suas competências. Tentar travar a imigração dos jovens licenciados pois só assim se poderia levar o país em frente com o progresso”.* Importa ainda referir a necessidade de ter rever o valor do salário mínimo, assim como de algumas prestações sociais. *“Gostaria que o ordenado mínimo fosse aumentado e que houvesse mais ofertas de emprego, principalmente para as pessoas portadoras de deficiência”*

- **Apelar a uma maior responsabilidade das empresas** (sector lucrativo) de forma a proporcionar às instituições de solidariedade social respostas mais eficazes e eficientes. *“Gostava que houvesse um sistema político mais*

equilibrado, i.e. que olhasse mais para as pessoas á sua volta e menos para o umbigo. Deveria haver uma política de apoio às empresas e que estas fossem incentivadas a contratar DLD's e que aquelas que sistematicamente recorressem ao trabalho temporário fossem penalizadas.

- **Mais informação e maior conhecimento sobre as medidas sociais** de forma a que as pessoas em situação de vulnerabilidade não vejam a sua situação gravada devido ao desconhecimento das regras e procedimentos das medidas. *“No momento de ir a uma instituição ou serviço que sejamos bem informados dos pós e contras de tudo para não sermos penalizados”.*

- **Maior humanização dos serviços públicos e das profissionais das diversas áreas de intervenção** – *“Já fui beneficiária do RSI, acho que as técnicas deviam ter mais sensibilidade, exigem coisa que a meu ver estão mal, por exemplo pago 235 € de renda e o RSI eram cerca de 300 €”.*

- Investir na **desconstrução de ideias pré-concebidas sobre as situações de pobreza e de exclusão social**, pois estas ideias condicionam a inclusão dos grupos mais vulneráveis. *“Mudar as mentalidades no sentido de proteger mais as pessoas mais vulneráveis: os desempregados, os idosos, os portadores de deficiência. Esta desconstrução deve ser desenvolvida através de ações de formação. “Fazer ações de formação para que o pessoal que se encontre nas instalações publicas possam ser mais simpáticos com os utentes e saibam respeitar todos sem que haja discriminação e/ou xenofobia”.*

- **Garantir o acesso a melhores cuidados de saúde.** *“Menor contenção na educação e, acima de tudo, na Saúde. Abrir vagas a nível de pessoal qualificado para os centros de Saúde e hospitais estatais. “Ter acesso à saúde gratuita pois ninguém é doente porque quer. Essa seria a grande prioridade da humanidade”.*

Sintetizando e tendo presente as palavras de um dos cidadãos é necessário *“ garantir que os adultos tenham emprego e proteção social para as famílias mais vulneráveis. É primordial que esta causa seja NACIONAL E MUNDIAL. É necessário sensibilizar, incentivar e motivar, pedindo e exigindo esforço e empenho de todos nesta vital tarefa. Precisamos de responsabilização, sensibilidade, exemplaridade, solidariedade, ética e bom senso. A pobreza é uma violação profunda de todos os Direitos Humanos Fundamentais (civis, políticos, culturais, económicos e sociais). Investimento numa verdadeira cultura cívica de responsabilidade e de solidariedade entre os cidadãos e entre estes e o Estado e vice-versa.”*

Anexo 2



Listagem de Participantes



Folha de Presenças – 18 e 19 de outubro de 2016

Assembleia da República e Hotel Berna – Lisboa

Nome	Distrito	Assinatura
António Monteiro	Aveiro	
José Rafael Rodrigues Ferreira	Aveiro	
Francisco Manuel de Oliveira Rico	Aveiro	
Maria de Lurdes Simões Pinheiro	Aveiro	
Prudêncio Miguel Fonseca Canhoto	Beja	
José Baguinho	Beja	
Marisa Sofia Baião Carvalho	Beja	
António Frieza Calado Xavier	Beja	
Maria Clara Ribeiro Carvalho	Braga	
Isabel Maria Ribeiro Mouta	Bragança	
Ana Maria Domingues Rodrigues	Bragança	
Ana Cristina Correia dos Santos Falcão	Bragança	
Sónia Resende Machado Neves	Bragança	
Carla Sofia Magueijo Tomé	Castelo Branco	
Abel José Martins Araujo	Castelo Branco	
Lucinda de Jesus Alberto Ribeiro	Castelo Branco	
Helena Margarida Nunes	Castelo Branco	
Maria do Carmo Suzana	Castelo Branco	
Maria Manuela Martins Rodrigues	Coimbra	
Maria Isabel Gaspar de Oliveira	Coimbra	
Armando Rodrigues Loureiro	Coimbra	
Natália dos Anjos Alves da Fonte	Coimbra	
Daniela Carina Tomé Barriga	Évora	
Beia M'Bombe	Évora	
Sílvia Maria Bacar de Abreu	Évora	
Cidália da Conceição Tomé Barriga	Évora	

Vera Lúcia Fernandes dos Santos	Faro	
Nataniel Freire	Faro	
Clara Isabel Café Inácio	Faro	
Cátia Marisa Montes	Faro	
Maria de Lurdes Cristina Pais	Guarda	
Carla Alexandra Rodrigues dos Santos	Guarda	
Joaquin Alfonso Nunes Contreras	Guarda	
Alice da Silva Catarino	Leiria	
Jorge Isidro Cardinali da Silva	Leiria	
Vítor Manuel Nunes Coelho	Leiria	
Sandra do Amparo Alves Menino	Leiria	
Natália Maria Narciso	Leiria	
João Higino da Costa	Lisboa	
Maria João Maldonado das Neves	Lisboa	
Belarmino Ferreira Liuanhica	Lisboa	
Maria Teresa de Carvalho dos Santos	Lisboa	
Alfredo Manuel Teles	Lisboa	
Teresa Maria Ferreira Antunes	Portalegre	
Henrique Jorge Carreira e Silva	Portalegre	
Ana Luísa Pereira da Silva Rocha	Portalegre	
Jaime da Conceição Henriques Janeiro	Portalegre	
Christian Georgescu	Porto	
José Belchior Rafael Silva	Santarém	
Joana Margarida da Silva Vila Nova	Santarém	
Cecília do Carmo Correia	Santarém	
Carla Batista da Luz	Santarém	
Jaime Freitas da Costa Filipe	Setúbal	
Fernando Raul	Setúbal	
Maria Manuela Martins Brito	Setúbal	
Leonel António Catarino	Setúbal	
Manuel Sousa	Viana do Castelo	
Marina Filipe Ferreira Guedes	Viana do Castelo	
Anabela do Amaral Baptista	Viana do Castelo	
Joana Cristina Soares Martins	Viseu	
João José Ferreira Pina	Viseu	
Cristina Mamede	Aveiro	
Anselmo Prudêncio	Beja	
Ivone Florêncio	Bragança	
Paula Montez	Castelo Branco	
Susana Lima	Coimbra	

Maria José Guerreiro	Évora	
Dionísia Pedro	Faro	
Cátia Azevedo	Guarda	
Patrícia Grilo	Leiria	
Maria José Domingos	Lisboa	
Isabel Lourinho	Portalegre	
Ana Cláudia Albergaria	Porto	
Ricardina Reis	Santarem	
Ana Vizinho	Setubal	
Hélder Pena	Viana do Castelo	
José Machado	Viseu	
Sérgio Aires	Porto	
Sandra Araujo	Porto	
Pe. Jardim Moreira	Porto	
José Alberto Reis	Porto	
Maria José Vicente	Porto	
Paula Cruz	Porto	
Armandina Heleno	Porto	
Marta Vaz	Porto	
Julio Paiva	Porto	
Liliana Pinto	Porto	
Catarina Cruz	Porto	
Luísa Panaças	Portalegre	
Joaquina Madeira	Lisboa	